

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**WÉNDEL MOREIRA CAMAPUM**

**O PAPEL DA ESCOLA NO DIÁLOGO SOBRE SUICÍDIO COM ALUNOS DE  
ENSINO MÉDIO**

**PARNAÍBA-PI**  
**2018**

C179p Camapum, Wéndel Moreira.  
O papel da escola no diálogo sobre suicídio com alunos de ensino médio / Wéndel Moreira Camapum. - 2018.  
76 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí  
- UESPI, Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais,  
*Campus* Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2018.  
“Orientador: Profa. Dra. Lourdes Karoline .”

1. Suicídio. 2. Suicídio – Escola. 3. Juventude. I. Título.

CDD: 364

**WÉNDEL MOREIRA CAMAPUM**

**O PAPEL DA ESCOLA NO DIÁLOGO SOBRE SUICÍDIO COM ALUNOS DE  
ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como parte os requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Lourdes Karoline.

**PARNAÍBA-PI  
2018**

**WÉNDEL MOREIRA CAMAPUM**

**O PAPEL DA ESCOLA NO DIÁLOGO SOBRE SUICÍDIO COM ALUNOS DE  
ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Lourdes Karoline.

**BANCA EXAMINDADORA:**

---

**Dra. Lourdes Karoline Almeida**

---

**Msc. Maria Solange Leopoldo Feitosa**

---

**Msc. Bruna de Jesus Lopes**

**PARNAÍBA-PI  
2018**

Dedico à minha esposa Susely Bezerra Quinto Camapum e às minhas filhas Ana Carolyna e Vitória Clara e ao meu filho João Inácio, que são a expressão do amor de Deus na minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família que me deu suporte para chegar a este momento.

Aos professores que contribuíram com esta formação acadêmica, mediando reflexões intrigantes e sábias.

Aos colegas que me fizeram perceber seja pela atenção ou pela falta dela, que somos livres para escolher se aproveitamos nosso tempo ou se desperdiçamos.

Aos meus alunos, que fizeram torcida para esta conclusão e se revelaram amigos capazes de providenciar alegrias.

Aos colegas de trabalho do Colégio Dez e do Colégio Diocesano, que direta ou indiretamente fizeram parte de cada êxito.

De forma especial, à Professora Rossana Sousa, que me fez perceber na sociologia um caminho prazeroso para a docência.

“Levar os homens à verdade é o maior benefício que se pode prestar aos outros”.

Tomás de Aquino

## RESUMO

Os jovens, estudantes do ensino médio são parte de uma estatística incômoda e ao mesmo tempo, desafiadora. O crescimento dos casos de suicídio entre os jovens, constitui um desafio às autoridades e ao corpo escolar que convive cotidiana e diretamente com o jovem na educação básica, no ensino médio. Esta convivência é permeada de limitações socioeconômicas ou emocionais que afetam os comportamentos e produzem conflitos. Entender as categorias correlatas, como juventude, escola, estigma e morte é necessário para se perceber como são construídos os conceitos, sejam eles, entre os jovens, a partir do senso comum, ou nos meios acadêmicos e científicos conclusões científicas e válidas para melhor compreender como chegamos tão longe como sociedade dotada de racionalidade o suicídio ainda é um fenômeno social que abala e marca profundamente as pessoas direta ou indiretamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude; Escola; Morte; Suicídio.

## **ABSTRACT**

Young, high school students are part of a troublesome and at the same time challenging statistic. The growth of suicide among young people constitutes a challenge to the authorities and to the school corps that lives daily and directly with young people in basic education, in high school. This coexistence is permeated by socioeconomic or emotional limitations that affect behaviors and produce conflicts. Understanding related categories such as youth, school, stigma and death is necessary to understand how concepts are constructed, be they among young people, from common sense, or in academic and scientific circles scientific conclusions and valid to better understand as we have come so far as a society endowed with rationality, suicide is still a social phenomenon that deeply shakes and marks people directly or indirectly.

**KEY WORDS:** Youth; School; Death; Suicide.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
JUVENTUDE .....	14
ESCOLA E SOCIEDADE.....	19
ESTIGMA.....	23
MORTE.....	29
SUICÍDIO .....	40
ANÁLISE DOS DADOS.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	72
ANEXO .....	75

## INTRODUÇÃO

A juventude além de uma fase é uma característica, uma identidade em processo de formação, que experimenta conflitos e luta para prosseguir. Forjar uma identidade em meio a toda essa modernidade, que de Bauman recebe o adjetivo de líquida, pela facilidade em se esvaír, por ser facilmente diluída, ao invés de ser sólida, não parece ser uma tarefa simples, e é neste ser, com tão grandes desafios que a sociedade espera para se manter de pé. Assistimos entre os jovens uma felicidade que parece ser falsa, quando somos surpreendidos pelo ato voluntário de tirar a própria vida, de encerrar uma jornada que parecia ser socialmente considerada normal, mas que de alguma forma, não era.

O crescimento das taxas de suicídio entre os jovens, e considerando que a maioria destes está inserida no ambiente escolar, serviu-nos de recorte para estudar este fenômeno social, o suicídio, em sua ocorrência entre os jovens e na sua relação com a instituição social, a escola. A escola é o ambiente de encontro desta diversidade de identidades e de aflições, nela são conduzidos à formação que deverá atender as demandas de produção e consumo, é neste mesmo ambiente que reside a possibilidade de fornecer ao jovem elementos críticos e científicos capazes de gerar autonomia e maturidade para compreender sua realidade, seu papel e como pode ser protagonista de superações, quem sabe tornando-o autônomo, ao menos dentro do que é possível, já que a sociedade define regras que nem sempre somos capazes de superar, conforme descrito no decorrer deste trabalho.

A questão norteadora deste estudo é: qual o papel da escola no diálogo sobre suicídio entre alunos do Ensino Médio? Por se tratar de um tema tabu e produtor de estigmas, optamos por realizar a pesquisa em duas escolas da cidade de Parnaíba, uma pública e outra privada, pesquisa realizada entre os atores sociais da educação, inseridos na escola, excetuando os alunos. Para compreender a atribuição do suicídio como tabu, é preciso considerar a morte voluntária como um acontecimento não natural, que interrompe uma expectativa, e tem sua diferença com a violência no fato de que a vítima é também o autor. Em outras palavras,

Nesta discussão, abordaremos apenas um dos aspectos envolvidos no tabu do suicídio: o seu atributo de transgressão ao padrão de morte contemporânea. O suicídio como morte voluntária escapa aos interditos das mortes naturais e, assim, este tipo de morte é colocado

ao seu meio sociocultural sem as intermediações que envolvem a morte. Ou seja, os óbitos por suicídio não são escamoteados como as mortes naturais com seus inúmeros rituais de afastamento. As mortes por suicídio se colocam explicitamente no seu meio e, também, estas mortes escapam ao controle hospitalar, na medida em que, o sujeito que morre por suicídio retoma o controle de sua morte e define o dia, o horário, a forma, o lugar etc. (MARQUETTI; KAUAUCHI; PERFFKEN, 2015, p.32)

Embora possa parecer simples, escolhemos verificar como estes atores se percebem nesta questão e não simplesmente como esta função pode lhes ser atribuída facilmente por outros, que se não experimentam a realidade e tão pouco a conhecem.

Para chegarmos ao suicídio como tema, precisamos no percurso bibliográfico, destacar algumas categorias e como estas se relacionam e contribuem para compreensão da realidade que nos cerca. Tomamos, portanto, as reflexões recentes sobre o personagem desta ocorrência de morte voluntária, o jovem.

Estudando a juventude encontramos apontamentos úteis para pensar este sujeito, as quais destacamos o dualismo percebido entre a inquietude que lhe é própria e a insegurança de ser na sociedade alguém capaz. No meio deste conflito, reações e comportamentos que tentam comunicar o desejo de liberdade e de autonomia e o estranhamento dos meios necessários para conseguir. Evidencia-se a fertilidade cultural, pois é na cultura que o jovem tem a oportunidade de se expressar e manifestar suas angústias.

A escola é um ambiente constantemente desafiado por novas leis, percepções, teorias ou modelos. Buscando, assim, atender às demandas e às visões que são impostas ou sugeridas a cada realidade socioeconômica ou cultural. Neste ambiente, gestores, professores e demais colaboradores se deparam com um jovem que está na escola e que carrega consigo o questionamento: é realmente necessário estar aqui para ser alguém? Questões como essa, levam o jovem decidir pela entrada no mercado de trabalho como meio para se afirmar como “homem” e como ser reconhecido a partir da capacidade de consumo.

Ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um “homem” (BOURDIEU, 1983, p.04).

Passamos em seguida à categoria estigma, para mergulhar no universo da construção de uma identidade, num cenário adverso que enfrenta na sociedade um conjunto de conceitos que definem o que é normal e o que é uma marca, capaz de distinguir e declarar inferior, o ser que a possui.

A escola não deveria produzir estigmas, contudo, é possível que se torne lugar para apontar a marca que difere do “normal” e que define ou justifique uma determinada inferioridade. Agentes da educação, quando precisam explicar resultados, sejam eles, de sucesso ou não, tendem a recorrer a características particulares que servem de explicação para ambos os casos.

Se o aluno é reprovado, ou se, consegue êxito e este é tornado público, é possível que professores ou gestores emitam um parecer justificando o fato. No caso do êxito, a produção de estigma é nos demais, que estão aquém daquela conquista, e se é de reprovação, algum motivo é citado como causa. Ou seja,

A questão “de quem é a culpa do fracasso escolar” ainda permeia as discussões, de um certo número de profissionais da Educação, que tendem a projetar toda e qualquer dificuldade encontrada no âmbito escolar para fatores externos a ele, prevalecendo, como na sabedoria popular de que o “Filho de peixe, peixinho é”. (CASTRO, 2011, p.164)

Esta, embora seja apenas uma situação, serve para justificar outras em que o insucesso não pode pairar sob os ombros do docente, gestor ou da própria escola. Assim, é mantida sem mácula a atuação da escola. As limitações socioeconômicas ou de qualquer outra natureza ao contrário não justificam, mas, revelam que ali existe uma necessidade atípica, carente de atendimento adequado. A marca presente é social, produz distinção, classifica os alunos, impõe lugares, podendo chegar a determinar o limite do aluno que vive esta experiência.

Um tabu e parte deste tema é a morte, a forma como a morte é compreendida acrescenta entendimento sobre o suicídio como forma de morrer. O estudo sobre a morte, o morrer e o luto remete ao percurso histórico, pois requer que seja verificado o caminho, suas transformações, influências e as consequências em cada momento. A morte precisa ser compreendida não simplesmente na visão histórica, mas na realidade do senso comum a que o jovem tem acesso e que forma seu conceito a partir de fragmentos de culturas religiosas ou não, e de experiências próprias, seladas por sentimentos, elaborando ideias que beiram o absoluto da satisfação sobre a morte e o morrer. Em oposição ao senso comum, encontramos

produções científicas nas mais diversas áreas do conhecimento que a partir da década de 1960 propuseram reflexões sobre o tema.

No entanto, desde a década de 1960, em alguns países, a transformação da morte em tabu começou a ser tematizada, discutida e o número de publicações com esse conteúdo mostrou exponencial crescimento. Não foram poucos, como aponta a bibliografia dessa obra, os historiadores, os antropólogos, os psicólogos, os poetas, os filósofos e os escritores que propuseram reflexões críticas sobre essa morte contemporânea, denominada interdita pelo historiador Philippe Ariés. (VERAS, 2015, p.76).

De posse de parte deste aparato, podemos chegar ao tema central, o suicídio, para que, no olhar subjetivo, possamos identificar a vulnerabilidade ao ato e identificar como a escola pode contribuir para estabelecer um diálogo, indo além do senso comum e estabelecendo uma relação madura entre os alunos, jovens e a sociedade diversificada a que pertence.

Para estudar o suicídio, tomamos os conceitos sociológicos de Durkheim e outros textos, para estabelecer uma relação com as transformações culturais e sociais observadas até o momento e como ao longo deste caminho as sociedades sofreram influências e se encontram em meio a tamanha diversidade que, desejada alcançada, agora, é um misto de horror e contentamento. Quer dizer,

A capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, não é fácil de adquirir e não se faz sozinha. Essa capacidade é uma arte que, como toda arte, requer estudo e exercício. A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência à homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera. (BAUMAN, 2000, p.124).

Para obter os dados, vimos oportuna a entrevista por meio de questionário com os atores da educação inseridos no meio escolar e também sujeito desta pesquisa, em vista de encontrar bases para uma conclusão. A resposta pode parecer óbvia se pensamos do ponto de vista dos teóricos, contudo, não é tão óbvia se focamos no entendimento da equipe escolar, assim, a conclusão pode parecer simples, contudo aponta para a necessidade de uma atitude que seja capaz de transpor o limite de tabu aos temas pertinentes deste estudo.

## JUVENTUDE

Os mais variados campos científicos buscam conceituar ou atribuir características aos estados de vida pelos quais a humanidade perpassa nos mais variáveis contextos e influências do ambiente, da cultura e de outros aspectos sociais ou psíquicos. A sociedade onde está inserido o jovem, de forma coercitiva, define quando se torna jovem e quando deixa de sê-lo, usando de mecanismos culturais ou biológicos, quase sempre convenientes ao propósito dominante. Para esta reflexão, visitamos alguns conceitos com a finalidade de compreender como o jovem é visto e como se percebe no meio social atual.

Conceituar o que é ser jovem é exercitar a síntese diante de tantas formas de perceber as identidades que variam tanto quanto variam os contextos. Convém, portanto, apontar algumas informações para compor um conceito que encaminhe este estudo.

De acordo com o IBGE, existem no Brasil, cerca de 34 milhões de habitantes – 18,5% da população – dentro da faixa etária de 14 a 24 anos<sup>1</sup>, a qual, segundo a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), define a fase da vida denominada juventude. Mas esta convecção não basta para compreendê-la em toda a sua complexidade (PEREIRA, 2010, p.39).

A definição de juventude, a partir de uma determinada ideia, serve claramente como convenção para atuação do Estado, nas leis ou nas políticas públicas que visem beneficiar essa população. Este conceito é adotado a partir também de uma convenção mais ampla, neste caso da Organização das Nações Unidas (ONU), que atua em pesquisas e ações que defendam os direitos humanos, diretamente nos países ao seu alcance e indiretamente nos demais, respeitadas leis de cada nação. Esta faixa etária é útil para pensarmos o aluno do Ensino Médio, pois alguns estudantes chegam a esta etapa dos estudos com 13 ou 14 anos.

Certamente que esta não é a única forma de ver a juventude, pois dentre tantas formas, chamamos a atenção para uma maneira importante, aquela como o próprio jovem se percebe. Uma realidade desafiadora ao que trabalha com juventude é se aproximar da visão que ele, o jovem, tem de si mesmo. Cabe aqui, certamente,

---

<sup>1</sup> Censo de 2007.

uma observação participante, mergulhar no universo juvenil para compreender as razões de suas atitudes, sejam de conformação ou de transgressão, aos modelos impostos pela sociedade. Isto significa que

uma questão interessante para ser pensada, diz respeito ao entendimento da juventude como período de transição entre a infância e a idade adulta e como tal, considerada tempo de passagem e de preparação para algo que virá (LACERDA e GODINHO, 2014, p. 36);

O jovem, neste caso, está inserido no ambiente desafiador, no período transitório entre a adolescência e a idade adulta, portanto uma fase de sua vida, caracterizada por inúmeras incertezas, tomadas de decisões e escolhas que se impõe em cenários repletos de insegurança.

A conclusão do Ensino Médio, fase final da Educação Básica, coloca o jovem diante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) meio pelo qual, pode ter acesso à Instituição de Ensino Superior (IES). Algumas destas IES, oferecem ainda vestibular para selecionar seus acadêmicos, sendo esta, a forma mais comum no país. Este contexto revela que o jovem tem diante de si, o desafio de acessar o nível superior e ao mesmo tempo escolher a profissão que deverá definir seu papel na sociedade ou servir de meio para sua realização pessoal ou profissional.

Existe ainda o jovem que é conduzido por razões socioeconômicas ao mercado de trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio, experimentando um conjunto ainda maior de incertezas quanto ao futuro.

Esta “vida de inconstâncias” muda, ainda que sem suprimir, os constrangimentos do trabalho profissional, educacional e familiar. Os jovens tendem a tudo relativizar: desde o valor dos diplomas até a segurança de emprego. E não o fazem sem razões. Os diplomas são cada vez mais vistos como “cheques sem fundos” sem cobertura no “mercado de trabalho”, também ele sujeito a inconstâncias, flexibilizações, segmentações, turn overs. (PAIS, 2006, p.09)

Colocado diante desta realidade, o jovem busca condições para amenizar suas preocupações e adota posturas adequadas à sua abstração deste universo. Relativizando ou procurando elementos que possam assegurar sua escolha fazendo surgir o mínimo de esperança no acesso ao mercado de trabalho de forma mais confortável depois de concluída a graduação.

O contexto apresentado deve considerar que o recorte compreende uma cidade, que não é capital e que possui uma população estimada para 2017 de pouco

mais de 150 mil habitantes<sup>2</sup>, caracterizando assim, limites na oferta de emprego. Analisando estas circunstâncias, é possível perceber como o jovem se difere do adulto ou idoso, por estes pautarem suas escolhas em vista da segurança e da conservação de valores e garantias conquistadas em realidades anteriores e diferentes daquelas apresentadas atualmente. Sobre este conflito podemos visualizar e compreender melhor a partir da “metáfora do xadrez”.

Esta metáfora faz uma relação da vida do jovem com o jogo de xadrez que é estratégico e exige do jogador simultaneamente ataque e defesa, seguindo regras que não podem ser evitadas. Da mesma forma, a sociedade define regras que, ao menos no que se refere às leis, não podem ser descartadas, enquanto percorre um caminho que diz como ele deve andar e que varia de acordo com o papel social que cumpre. Perder ou vencer pode assumir muitas equivalências para o jovem, tantas quantas a variedade de culturas pode sugerir.

dir-se-ia que movimentam os valores no tabuleiro da vida, com passividade e prudência, seguindo a tática do “bispo mau”. Esta tática consiste em colocar o maior número de peões em casas de cor das diagonais por onde os bispos circulam, na suposição de que, desse modo, os peões se defendam mais facilmente. Em contrapartida, os jovens tentam assegurar objetivos de mobilidade e de ataque, mesmo pondo em risco a sobrevivência do “bispo”. (PAIS, 2006, p.11)

Presente e futuro se apresentam como escolhas, a insegurança característica própria desta fase, pesa na escolha de correr o risco e optar pelo presente. O jovem que estuda nos últimos três anos da Educação Básica, o Ensino Médio (EM), vive de forma intensa a tensão de ter que definir sua vida profissional, a partir da escolha de um curso superior, uma graduação que lhe permita acessar o mercado de trabalho e conquistar sua autonomia econômica.

Os três anos que compreendem o EM, estão carregados da tensão, quanto às escolhas e de decisões importantes que podem vir incrementadas pela pressão dos agentes familiares, possivelmente com imposições quanto à área que deve ser pretendida pelo jovem. Dentre estas escolhas destacamos três: primeiro, a qual curso pretende concorrer à vaga, estando implícito aqui, a área (humanas, saúde, etc). Considerando que ainda persistem as desigualdades no acesso aos cursos, geralmente ocupados por estudantes de classe média ou alta, como cursos da área

---

<sup>2</sup> Estimativa conforme <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama> (acesso em 05/01/2018).

de saúde, direito ou engenharias, a escolha do curso traz consigo a tensão da concorrência e do risco de ver no ENEM a afirmação de sua incompetência diante dos demais. Em segundo lugar, temos qual IES oferece o curso e por terceiro, se esta IES está acessível ou exige que o jovem vá residir em outra cidade, onerando a vida acadêmica e separando-o das pessoas e do ambiente que já está habituado na dinâmica do seu cotidiano. No Brasil esse comportamento é incomum, diferente de outros países como nos Estados Unidos (USA) que experimentam com “naturalidade” este comportamento.

Na metáfora do xadrez, temos uma visão certamente pejorativa, quanto ao aspecto arriscado das escolhas. Temos então a oportunidade de refletir, como os jovens se percebem neste contexto? Tal análise exige mergulhar no ambiente, certamente com recursos metodológicos, para alcançar ao máximo a realidade nativa do jovem.

Nesta dialética entre a visão do adulto e do jovem, acerca de sua realidade, inúmeras análises sociológicas podem servir à sociedade no sentido de compreender as diferenças, enquanto possíveis causas de conflitos entre as pessoas nestas fases distintas da vida. Também podemos considerar tal dialética como instrumento capaz de evidenciar a fragilidade do jovem que percorre o EM, como meio oportuno para se reconhecer portador de uma marca, um estigma que influenciará seu comportamento diante do cenário posto à sua frente.

Embora pareça simplificada a delimitação de estudar do jovem no ambiente escolar do EM, não se deve descartar a diversidade presente no ambiente escolar. A sala de aula é um lugar de encontro de vários modos de ser, as mais diversas identidades individuais e sociais se reúnem no mesmo espaço. Dentro de uma unidade escolar, encontramos a diversidade necessária para que as interações sejam cooperativas e conflituosas, evidenciando a impetuosidade do jovem que deseja impor sua visão de mundo ou daqueles que se recolhem ao seu mundo e no isolamento transita quase sempre invisível pelo ambiente escolar.

Esta diversidade é oportuna para o que destaca Pais (1990, p.149), “Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações”. A juventude brasileira, não diferente do restante do mundo, está constantemente envolvida em transformações, protagonizando ou atuando como coadjuvante. No Brasil, a partir dos anos 1960, podemos destacar a industrialização como responsável pela urbanização

e surgimento de grandes centros populacionais. O jovem foi atraído ao mercado de trabalho e neste espaço de produção foi levado ao amadurecimento.

A desigualdade social que se estabeleceu foi instrumento de dominação do jovem, que passou por esta fase com responsabilidades adultas e em conflitos com seu papel social. Influenciados pela globalização, os jovens puderam acessar outras culturas e ousar novas experiências, aproximando-se de culturas diferentes, estabeleceu novas formas identitárias e encontrou aí, caminhos para expor sua visão sobre si e sobre o universo à sua volta. Tais circunstâncias podem ser percebidas nos estudos sociológicos, lançando um olhar, agora voltado para a participação do jovem nas estruturas e para a pluralidade de suas manifestações:

Além da UNESCO, como instituição que vai motivar a redefinição dos estudos sobre juventude no Brasil, nos anos 90, observa-se o surgimento de novas abordagens sobre gerações e juventude que se posicionam de modo crítico em relação a outras abordagens mais tradicionais. Em relação a isso, autores como Sposito (1994) e Pais (2005), dentre outros, discutem uma abordagem teórica e metodológica considerando a juventude não simplesmente como subcultura ou sujeitos desviantes, mas levando em conta a ideia de pluralidade de suas manifestações e sua participação efetiva em termos estruturais. (TAVARES, 2012, p.189).

Fica evidente que a juventude impõe a necessidade de novas abordagens, que superem a visão simplificada de comportamento desviante, de rebeldia e lance um olhar diferente, observando sua participação nas estruturas sociais, suas expectativas ou a falta delas.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), no exercício do seu papel, direciona e incentiva estudos que possam dar conta dos novos modelos adotados pela juventude, uma diversidade, inicialmente complexa e incômoda se observada pelas abordagens tradicionais. As novas identidades juvenis carecem de novos olhares, considerando também a globalização como instrumento de diversificação destes modelos.

A Unesco contribui para compreensão do universo jovem, por reunir estudos em diversas perspectivas que estão implicadas direta ou indiretamente na juventude e nos modos com que a sociedade interage com esta massa. Um exercício que alcança o geral, por reunir as produções de vários países, e ao mesmo tempo, capaz de apontar inferências no âmbito particular de um determinado país, permitindo

que o fenômeno social que transforma a cada época os modos de ser jovem, possa ser analisado a partir de sua realidade particular.

Necessidade presente nos mais variados contextos culturais e ao longo da história, o futuro como expectativa pode se apresentar como inclinação para o enfrentamento dos desafios ou como conformismo que leva à acomodação ou desânimo.

Refletir sobre o tempo é um exercício produtor de bem-estar ou de conflito. Bem-estar, quando o que é planejado é alcançado, seja o acesso à IES, ao mercado de trabalho ou ainda, outros objetivos também desejados pela juventude, como viagens ou poder econômico para consumir. Jovens, que não conseguem oportunidades, seja por tragédias ou pela dura realidade socioeconômica a que está submetido, olham para o futuro como uma utopia, algo que não pode ser, está além de suas possibilidades. Sobre esta perspectiva, Pais (2006, p.10) destaca que “Os jovens enfrentam-se com o futuro, até porque sabem que nesse futuro deixarão de ser jovens”.

A juventude que está inserida na escola de EM, na Educação Básica, é uma juventude que procura encontrar seu lugar, afirmar uma identidade em uma sociedade que impõe modelos e que tenta no passado, nas tradições apresentar como se deve ser jovem. Antes inevitável, hoje inegável é o desafio de compreender a juventude, de propor caminhos, de favorecer meios que possam contribuir com seu desenvolvimento nas mais diversas áreas possíveis, respeitando sua identidade, sua cultura e a forma como está disposto a contribuir.

## **ESCOLA E SOCIEDADE**

A escola enquanto instituição socializadora, passa por constantes transformações em vista de atender quase sempre aos anseios de um mercado exigente e excludente, com intenções cada vez menos nobres e sempre mais voltadas para o consumo. Um caminho para compreender o papel da escola, está no conceito de “capital social” refletido por Bourdieu, destacando a possibilidade de criação de vínculos a um grupo, tais grupos podem se tornar um caminho para assimilação de formas e comportamentos sociais que podem construir identidades e adotar valores favoráveis à vida. Dessa forma,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 2011, p.67).

A escola constitui, neste contexto, um ambiente favorável ao estabelecimento de relações sólidas e fundamentadas na partilha de experiências e de vários outros recursos, sejam eles materiais ou não. Algumas, porém, esbarram nas limitações práticas ao cumprimento deste papel. Embora os parâmetros curriculares sejam sugestivos à adoção de atividades que favorecem o aumento do capital social entre os alunos, a adesão de docentes, discentes e demais integrantes da equipe gestora podem constituir um elemento desfavorável à intensidade e velocidade com que se produzirá esta interação, na busca por produzir a identidade do jovem aluno, a partir de princípios que façam considerar a vida como um bem.

No ambiente escolar estão reunidos vários sujeitos, alunos, professores, gestores e demais colaboradores da escola, e a própria família, que tem seu papel insubstituível e os organismos que compõem o sistema educacional, formado por órgãos públicos, que detêm a missão de orientar o funcionamento da escola.

Para analisar a produção de capital social, queremos focar no aluno, considerando aqui os do Ensino Médio, os professores, os gestores (direção e coordenação) e a família, atores da educação que formam o meio onde as interações se tornam conhecimento, interconhecimento e reconhecimento, dentro do mesmo espaço geográfico, quando pensamos a escola como estrutura física e além disso, quando observamos a vida do aluno fora da escola, nas suas relações familiares e sociais na comunidade em que está inserido.

As relações se dão na troca material ou simbólica, de elementos que produzem interação entre estes agentes e precisam despertar ou atender os interesses do aluno para o convívio escolar e para aprendizagem, e constituem uma tarefa para os demais sujeitos envolvidos neste processo.

Os desafios que se apresentam à escola, exigem que sejam revistas as práticas e que os agentes envolvidos possam inovar em sua atuação para atender não somente o que exige o capital econômico, como também as necessidades que formam a sociedade, entre as quais, a interação capaz de construir relações de autopreservação do indivíduo e da própria sociedade.

O papel da escola é de suma importância para formar através da assimilação de conhecimentos e de valores a coesão que pode contribuir com a valorização da vida. Portanto,

Sendo a educação escolar uma atividade social que, por intermédio de instituições próprias, visa a assimilação dos conhecimentos e experiências humanas acumuladas no decorrer da história, tendo em vista a formação dos indivíduos enquanto seres sociais, cabe à Pedagogia intervir nesse processo de assimilação, orientando-o, para finalidades sociais e políticas e criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo no âmbito da escola. (LIBÂNEO, 2001, p.53).

Libâneo, ao lançar o olhar sobre a prática didática, descreve objetivamente a participação da escola na formação de indivíduos que possam desenvolver-se e o seu meio. Podemos notar que a partir dos conteúdos curriculares, a prática escolar se apresenta como um instrumento importante para tornar o indivíduo capaz de compreender a sociedade e nela atuar inserido como agente que, através das relações e do capital social, deverá refutar a morte e a violência como prática aceitável, inclusive contra si mesmo.

Como finalidade política, entende-se a possibilidade de promover o debate sobre os males sociais que se apresentam em cada realidade escolar, considerando a escola como elo que liga a prática e a sociedade circunscrita em seu entorno, seja ele geográfico ou não. Tal participação no debate sobre os desafios sociais é uma responsabilidade inegável e quando encarada com zelo torna a escola um instrumento de transformação das diversas dimensões ao seu alcance, social e econômica, por exemplo.

São bem conhecidas as características apontadas por Durkheim, ao fato social: coercitividade, generalidade e exterioridade. Portanto, é útil pensar a partir da exterioridade, como a educação é também um fato social. Considerando que atua sobre o indivíduo em diferentes idades, nela ocorre a internalização de valores que se expressam no comportamento. Nesta perspectiva, a educação pode ser analisada

como uma interação entre o indivíduo e a sociedade definindo sua maneira de ser neste meio e com os demais que formam este grupo ou na dimensão macro, a sociedade. Ou seja,

No estudo do contexto histórico em que se deu a lenta e progressiva constituição do sistema educativo, Durkheim tomou por base a constatação de que mesmo nas sociedades mais simples se instituíram práticas educativas para transmitir às crianças e aos jovens seus conhecimentos acumulados, normas, costumes, valores e histórias do grupo. Isto confere a este sistema um caráter comum – social e essencial. (KONDER; TURA; VILELA, *et al*, 2006, p. 47-48).

O sujeito social objetivo desta atuação pode ser criança ou jovem, revelando aqui, a faixa etária que hoje compreendemos dentro da educação básica. O conteúdo desta ação contempla a apresentação de alguns elementos que são interessantes para formação da consciência de cidadania ou de pertença a uma sociedade, onde se faz necessário a prática de deveres e o legítimo uso de direitos definidos.

Para esta formação, é pertinente que o indivíduo possa ter acesso ao conhecimento acumulado, promovendo sua integração nesta sociedade e permitindo que a dinâmica da produção científica gere novas afirmações científicas. Este conhecimento acumulado também pode ser útil para elevar as condições de bem-estar social do grupo.

As normas também possuem papel relevante nesta atuação da educação para formação da sociedade, já que as normas pretendem nortear as relações sociais, para que a coesão social possa favorecer a continuidade desta sociedade. Uma sociedade também possui em sua particularidade um conjunto de costumes com variável nível de influência obtida nos contatos com outras culturas, embora sujeitas à assimilação ou à aculturação, alguns costumes podem resistir e de forma eficiente serem transmitidos pela educação.

Valores dizem respeito ao que anteriormente foi convencionalizado como adequado, podendo ou não obedecer a uma ordem mundial, como sugere a Declaração Universal dos Direitos do Homem:

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por

promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (UNESCO, 1992, p.02)

Dos pontos citados, é interessante refletir sobre as experiências acumuladas, dotadas de especial significado para uma sociedade é parte de sua identidade e que por isso, tem seu valor na formação do cidadão e da identidade do ser no meio social. Esta história influencia o presente e indica possibilidades para o futuro, seja pelo seu aproveitamento pela repetição ou pelo descarte de atos já praticados.

A educação é uma forma de socialização que molda o sujeito para um determinado modelo de convívio social, e assim, pode conseguir que sejam internalizados, valores capazes de formar no indivíduo a consciência de valorização da vida e de busca pelo bem-estar dentro da sociedade.

## **ESTIGMA**

Tendo percorrido alguns conceitos sobre juventude e escola, vejamos como as relações podem ser afetadas pelos estigmas. O olhar sociológico observa as interações e aprofunda uma investigação para apresentar proposições e reflexões sobre os fenômenos sociais, que sejam capazes de elucidar ou de encaminhar novas questões.

A forma como a sociedade interpreta um fenômeno, se dá no ambiente cooperativo capaz de produzir expectativas e orientar o comportamento, delineando modelos considerados adequados e reprovando a transgressão para, no atuar coercitivo manter o foco na coesão social. Assim, convém caminhar pela categoria estigma para mais tarde analisar de forma mais profunda o suicídio em meio aos jovens e o papel da escola no diálogo sobre o tema.

Queremos aqui compreender como um estigma pode desencadear isolamento e comportamento anômico, capazes de simplificar no suicídio a solução definitiva. Nas interações sociais, ocorrem interpretações de gestos, expressões e das

identidades possibilitando que um mesmo fenômeno produza interpretações e reações, capazes de aproximar ou distanciar sujeitos.

Outra variável que merece atenção é o lugar, o meio onde situamos o objeto de estudo exige que se analise sua identidade em particular, considerando a circunstância específica que compõe o ambiente, unindo neste intuito analítico, o grupo social e sua identidade, o sujeito deste grupo em sua circunstância particular. Dessa forma,

A ação comum, contudo, ocorre em relação a um lugar e a uma situação. Toda e qualquer unidade de ação – um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma firma, um sindicato, um legislativo, assim por diante a ação em si – é feita à luz de uma situação específica. Logo a ação é construída através da interpretação da situação, consistindo a vida grupal de unidades de ação desenvolvendo ações para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas. (BLUMER, 1969, p.85).

Vamos percorrer os caminhos estabelecidos por Erving Goffman, sobre a categoria estigma e aprofundar o entendimento como degrau necessário para uma análise dos desafios impostos pelo tema suicídio entre jovens que frequentam o ambiente escolar. Estigma está diretamente ligado à forma como a sociedade interpreta e define as identidades, adotando modelos convencionais que carregam em si uma valoração, que exigem um olhar atento para ser compreendido.

No itinerário histórico, temos o conceito grego de estigma, caracterizando uma marca como símbolo de um conceito negativo, tornando seu portador alguém que transgrediu e que deve ser evitado. O cristianismo acrescentou a este entendimento uma variável, associando estigma a um sinal sagrado.

A identidade é uma construção social, e por isso, varia de um grupo para o outro, evidenciando como as expectativas podem não ser atendidas quando nos deparamos com um sujeito de outra cultura que passa a fazer parte, ainda que temporariamente, do grupo social a que pertencemos. Aqui convém distinguir a identidade social virtual da real. Em outras palavras,

As exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarada como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (GOFMAN, 2013, p.12).

O sujeito que detém uma marca, pela qual sua identidade social virtual será formulada a partir das expectativas do grupo, nem sempre se vê incluído no cotidiano público da sociedade. Romper esta barreira para revelar sua identidade social real é o grande desafio, que pode se apresentar em maior ou menor grau, de acordo com a sua interpretação do meio social e de como este vai definir suas atitudes diante da interpretação do seu estigma pelo meio que o cerca.

Alguns atingem a percepção de que não são obrigados a atender as exigências próprias da identidade social virtual, por serem elas, elementos construídos por outros que não experimentam sua condição ou por não corresponderem com sua realidade, deixando estas exigências vazias de sentido.

Quando, porém, ocorre a assimilação destas demandas impostas, podem ocasionar o desejo de superação ou a conformação, revelando como a sociedade pode atuar de forma violenta no indivíduo, acrescentando ao estigma o isolamento, esconder-se por não corresponder aos estereótipos estabelecidos.

A definição de um estigma, não só revela uma atribuição depreciativa, como também reafirma uma positiva, um estigma é ao mesmo tempo apontar o normal. Separando quem merece crédito e quem o desmerece, apto e inapto. Circunstância que pode ser notória ou que exige ocultação, duas dimensões do mesmo sofrimento.

Mesmo considerando o estigma uma categoria suficiente para compreender o sujeito deste estudo, podemos distinguir as variações possíveis, para proceder análise mais específica dentro da circunstância estudada. Destacamos três formas de estigma: *“abominações do corpo, culpas de caráter individual e estigmas tribais de raça, nação ou religião”*. (GOFFMAN, 2013, p.14).

As abominações do corpo, como deformidades físicas, atribuem ao sujeito limitações e descrevem sua “incapacidade” de participar plenamente da sociedade. Se esta marca não pode ser escondida, por determinada roupa ou acessório e se apresenta explicitamente, isso já representa uma diferenciação entre o normal e o estigmatizado. Se fizermos aqui, uma relação com a estética, onde são definidos em cada sociedade e época, uma forma de ser belo, podemos perceber como esta forma de estigma é violenta e impõe-se como uma verdade social efetivada, levando muitas pessoas a procurar correções estéticas, mesmo através de procedimentos clínicos e cirúrgicos.

Os que não possuem recursos, no entanto, estão limitados ao enfrentamento ou à conformação e o isolamento. Outra ocorrência desta forma, são os casos em que o indivíduo experimenta uma fatalidade produtora do estigma, um acidente que o deixa dependente parcial ou totalmente, temporariamente ou permanentemente. Estes casos acrescentam ao estigma a frustração de ter experimentado uma independência prévia, exigindo que sua adaptação seja paralela à aceitação da nova condição.

Às culpas de caráter individual, estão associadas as ocasiões de desonestidade, caracterizada por prisão ou de fraca vontade, como no caso da dependência química, distúrbio mental e homossexualidade ou até mesmo tentativa de suicídio. Estes casos representam marcas que são evidenciadas pelo olhar coercitivo da sociedade que pune o sujeito com o atestado de incapacidade que lhe fecha o acesso à superação e às oportunidades que seriam úteis para um caminho inclusivo.

Presidiários e dependentes são apontados pela sociedade com desconfiança quanto à sua ressocialização ou recuperação. A desconfiança fala alto, e o estigma se torna evidente. Entre os exemplos citados, a homossexualidade tem se revelado como estigma recorrente entre jovens, manifesto tanto na família como na escola.

Os casos ligados à raça, nacionalidade ou religião, são comuns na identidade nacional brasileira, que esconde seus preconceitos ou às vezes se revela de forma explícita e corajosa, por estereótipos ou manifestações públicas.

Queremos destacar para o meio escolar a religião, considerando que na escola, sobretudo no Ensino Médio, reta final da Educação Básica, a ciência é apresentada como solução absoluta, o jovem estudante que fez sua adesão ou que esta adesão está em curso. Experimenta o estigma de acreditar no sobrenatural e, portanto, não possuir razão suficiente para compreender ou fazer parte da sociedade com autonomia. Outro caso se dá pelo preconceito que existe quanto às religiões de matriz africana que possuem ligação íntima com o racismo.

Existem casos em que se carrega o estigma e não se admite tê-lo. Não admite ser um fracassado a partir dos parâmetros sociais que lhe imputam tal atributo. O caso dos ciganos que adotam a indiferença ao estigma devidamente imposto pela sociedade e usam de uma identidade específica para se afirmar no meio.

De forma predominante, ao menos na América, quem detém o estigma, detém também os mesmos elementos conceituais da sociedade, fato que motiva reivindicações, não baseadas na igualdade, mas, na categoria com que se identifica e se vê pertencente. Indivíduos portadores de estigmas, podem conviver sem maiores conflitos com pessoas “normais” pelo fato de não reconhecerem ser portadores de limitações se comparados com os outros. Na esfera da intimidade, é possível que se revelem os sentimentos quanto à característica com que a sociedade o enquadra como estigmatizado. Sobre esta circunstância nos fala Goffman (2013, p.17):

A presença próxima de normais provavelmente reforçará a revisão entre auto exigências e ego, mas na verdade o auto ódio e auto depreciação podem ocorrer quando somente ele e um espelho estão frente a frente.

No isolamento, na intimidade, ao observar a marca ou refletir a atribuição social que lhe é dada, o indivíduo experimenta o sofrimento de ser “diferente” e de não corresponder às exigências de um meio social, fato que mesmo não se apresentando na interação por causa de um esforço de superação, se apresenta no recolhimento e permanece restrito.

A pessoa estigmatizada pode não saber lidar com as reações que são proporcionadas no meio social. Também podemos refletir que a reação da pessoa que detém o estigma, deve produzir nova interpretação, podendo encontrar novos limites ou se tornarem desafios para o estabelecimento inicial de uma relação ou a manutenção de uma já iniciada. GOFFMAN (2006, p.27) destaca duas possíveis características:

[...] o indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou é muito tímido e que, em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações. Nós próprios podemos sentir que, se mostramos sensibilidade e interesse diretos por sua situação, estamos nos excedendo, ou que se, na realidade, esquecemos que ele tem um defeito, far-lhe-emos, provavelmente, exigências impossíveis de serem cumpridas ou, inadvertidamente, depreciaremos seus companheiros de sofrimento.

Convém refletir dois aspectos presentes nas interações, primeiro como o estigmatizado lida com as reações dos outros, e o proceder dos normais nesta mesma interação. Podem ocorrer equívocos de ambos os lados e as consequências podem ser o afastamento e isolamento. Seja pelo excesso ou pela tentativa de tratar como

natural ou aceitável a marca do sujeito estigmatizado, aquele que busca a interação na condição oposta necessita de prévia orientação ou formação que lhe permita participar deste contato produzindo proximidade.

Deparamo-nos com uma questão: a que grau podemos dizer, estarem professores e gestores ou mesmo os demais colaboradores do ambiente escolar, preparados para interagir com pessoas estigmatizadas?

Aspecto relevante para pensarmos esta categoria, está no constante medo de voltar à condição anterior. A pessoa que, devidamente acolhida, luta para que, no convívio com outras pessoas possa ter restabelecida sua condição, sendo neste caso, um estigma moral, vive a constante incerteza e o medo de não se manter naquela condição ou que diante de um fato novo, que exija determinada atitude, venha a ser uma ocasião de retorno à prática produtora do estigma.

Nas palavras de uma prostituta: “Bem que eu queria ver o que aconteceria se eu me adiantasse aos fatos. Expliquei a ele que, se estivéssemos casados e brigássemos, ele colocaria a culpa em mim. Ele disse que não, mas os homens são assim mesmo. (GOFFMAN: 2006, p.41).

Observando a realidade do jovem, refletimos como as questões relacionadas à sexualidade, ainda são instrumentos estigmatizantes, principalmente se analisarmos as cidades de pequeno e médio porte, onde as regras sociais possuem ainda traços de uma solidariedade mecânica, envolvida em tradições e “bons costumes”.

Assim, a jovem que tem sua intimidade exposta, passa a carregar o estigma de “peguete” que no entendimento comum, se refere à pessoa que mantém relações sem comprometimento emocional ou de fidelidade. Enquanto que o mesmo comportamento, realizado pelo homem é no mínimo algo comum, quando não, revela sua superioridade, torna-se um modelo para os demais, um “pegador”.

No ambiente escolar, com a juventude que está vivenciando o Ensino Médio, podemos encontrar as três possibilidades de estigma. Os que possuem uma marca física, uma deficiência física, adquirida ou de nascença, ou uma marca comportamental, representadas hoje pelo autismo ou hiperatividade, que também representam estigmas. Existem ainda os alunos que possuem a marca moral, que são identificadas por comportamentos anteriores, considerados impróprios pelo código

social do meio, sobretudo aqueles ligados à sexualidade nas mais variadas possibilidades (heterossexual, homossexual ou bissexual).

Os estigmas relacionados à cor da pele ou religião também estão presentes na escola. Os negros sofrem nos meios escolares, por carregarem através da história, um estigma que insiste em se reafirmar e provar a inferioridade sociocultural e histórica. Estigma que respinga sobre as religiões de matriz africana, geralmente alvos de manifestações preconceituosas e levam para o campo pessoal a diferença que afasta, que na verdade deveria ser vista como uma riqueza.

Podemos acrescentar aqui a marca que surge da realidade socioeconômica do jovem, os elementos de consumo aos quais não tem acesso e que por isso, acrescenta angústia ou incentiva o afastamento e limita as relações. Interessante pensar como as relações se fortalecem ou deixam de existir a partir de elementos da diversidade presente na escola, esta mesma diversidade que pode ser instrumento de aproximação.

## **MORTE**

Categoria ligada ao suicídio, a morte tem importante lugar no diálogo em vista de uma análise sobre suas influências e percepções entre os jovens e os demais agentes que formam o ambiente aqui estudado.

A morte já foi abordada como tema sociológico, antropológico ou por outras áreas, por visões específicas, como a finitude, sua negação, como mercado lucrativo ou como fundo literário, queremos aqui apontar algumas características culturais que envolvem a morte e como a humanidade, no seu âmbito social, sem se dar conta, é afetada em seu comportamento pelo exercício de construção e desconstrução de conceitos que servem a demandas de cada época, ora apresentando novos modos, ora revigorando os modos já usados, sob nova justificativa.

Buscamos reunir elementos, que direta ou indiretamente ligados ao suicídio, contribuam para analisar suas implicações no meio escolar e entender como é possível abordar ou dialogar sobre estes temas com os alunos do Ensino Médio, a fim de acrescentar informações e experiências, que tornem o ambiente escolar, um lugar oportuno para este diálogo ao menos de forma indireta.

A morte é assunto interdisciplinar, na disciplina de Ensino Religioso, ao falar das religiões, temos concepções variadas desde as religiões monoteístas, passando pelas de matriz africana chegando às politeístas ou filosofias orientais. A morte é sempre um acontecimento certo, onde a causa ou a consequência está ligada ao sobrenatural.

Na literatura, encontramos diversos escritos que tratam do tema como uma ficção que expressa o pensamento de cada época. Na história temos presente os grandes personagens que de muitas formas encararam a morte com certa conformidade em se tratando de pessoas ligadas às muitas guerras, ou como religiosidade se ligada ao legado de uma expressão religiosa predominante no local do fato. Na biologia, os conceitos de vida e as características que determinam o seu fim, são abordados com certa intencionalidade de preservação.

Na sociologia, é tema oportuno para promover o contato com as formas diversas de compreender no meio social a morte. Na filosofia, os questionamentos relativos à finitude ou à importância do proceder em vida e da constante busca por vencer a morte sendo imortal, ainda que no legado que se deixa. Formas e perspectivas diferentes, todas, porém, oportunas para o debate e para obter novas visões e construir a importância da vida, como antecedente ao inevitável momento da finitude. Passemos então às questões sobre a morte que nos apontam para suas abstrações atuais que se relacionam com suicídio.

Em sua crônica “A SETE PALMOS”, Roberto DaMatta, deixa claro como uma despedida, em um sepultamento é ao mesmo tempo uma homenagem onde o homenageado está presente, mas o ato serve mais aos que homenageiam. Traz consigo a evidente necessidade de discorrer em discursos, aplausos ou outras formas incomuns, as características positivas ou não, daquele que jaz descendo aos sete palmos.

Os sete palmos de terra, assim, remetem ao fim, mas em muitos casos reavivam, por meio dessas mesmas palmas, o triunfo sobre a morte na figura dos aplausos dados pelas mãos que homenageiam aquele que está debaixo de sete palmos mas, pelas setecentas palmas que o aclamam, acima deste mundo. (DaMatta, 2009, p.25).

Neste trecho, é posto claramente a homenagem figurando como se a morte não fosse vencedora, e que não é considerada o fim, permite apenas que o legado, a

história de vida do sepultado, encontre espaço para se apresentar mais relevante que o próprio ato presenciado e consumado da morte.

Esta análise remete ao desejo dos vivos de superar aquele momento, de lacrar aquele acontecimento considerando encerrado e que por isso, não ser mais causa de dor ou impor limites aos procedimentos da vida que deve seguir.

Destacamos então, que o objetivo da homenagem está diretamente ligado aos vivos e à busca por encontrar uma forma de concluir aquele acontecimento de modo que este não mais torne a incomodar ou se fazer presente e limitando a continuidade.

É certo que pessoas se deixam influenciar pela possibilidade de deixar um legado, uma justificativa para receber aplausos e outras homenagens dos cerimoniais de despedida por ocasião de sua morte. A atenção dedicada a este legado, em obtê-lo, é a motivação de pessoas que pretendem ser lembradas por conceitos aceitáveis e dignos para a sociedade a qual fazem parte. Esta lembrança, ou o alcance deste legado, não necessariamente precisa ser amplo, pode-se resumir à família, como forma de se fazer presente ou de contribuir para que seu grupo familiar permaneça coeso e supere o luto e outras dificuldades quaisquer. Sobre este legado DaMatta (2009, p. 41) nos alerta em sua crônica:

A pessoa morreu, mas fica sua música, sua pintura, seus livros, ou seu dinheiro. O duro, quando falamos de herança e legado, é quando não podemos distinguir um do outro dentro de uma vida que se foi. Pois todas as vidas, mesmo as mais humildes, sempre deixam uma herança, mas nem todas produzem essa “mais-valia” moral, essa reserva de alentos que divide as grandes histórias das biografias comuns.

Na visão do autor, o legado que é deixado, não contempla apenas as pessoas menos modestas, humildes também deixam sua herança. O importante aqui é o valor desta herança para servir de alento, de remédio ou de orientação para os que permanecerão vivos. Esta necessidade de deixar um legado, parece não ser suficiente para impedir que pessoas encerrem a própria vida. O estigma que é construído com o suicídio, é uma herança indesejável e uma marca a ser omitida.

A “mais-valia” moral, citada, caracteriza um conjunto de práticas que em vida, atenderam aos conceitos sociais firmados como louváveis ou necessários para a manutenção da ordem social. Também pode percorrer o meio religioso, expressando seguir alguma ideologia religiosa fielmente, seguindo preceitos que

devam ser imitados. Mesmo que não seja um preceito religioso, seguir as regras de uma sociedade já representa um grande valor moral e socialmente importantes para aquisição de um *status* social ou a manutenção deste.

Um modo comum para exprimir a “mais-valia” moral é o testamento, instrumento adequado para registrar desejos fúnebres ou o destino de bens de valor econômico ou afetivo. Um ato livre, por meio do qual podia se comunicar a fé, apegos e segredos que em vida não permitia que fossem revelados. O testamento tem seu valor na história como nos relata Ariès: “o testamento era, então, mais que um simples ato de direito privado para a transmissão de herança, um meio para cada um afirmar seus pensamentos profundos e suas convicções”. (ARIÈS, 1975, p.44).

O registro de convicções ou de pensamentos profundos se tornou também objeto de comunicação de pessoas que tiram a própria vida, em alguns casos, justificando e tentando amenizar o sofrimento de pessoas próximas. Um exemplo conhecido é do cantor Kurt Cobain, cuja carta, deixada como testamento, explica as razões que o levaram a tirar a própria vida e que mais tarde se tornou objeto de consumo rentável, sendo reproduzido e comercializado. (ver imagens 1 e 2).

TO ~~Bob~~DAH <sup>parents</sup>

Speaking from the tongue of an experienced simpleton who obviously would rather be an emaciated, infantile complainer. This note should be pretty easy to understand. All the warnings from the punk rock 101 courses over the years, since my first introduction to the, shall we say, ethics involved with independence and the embroilment of your community has proven to be very true. I haven't felt the excitement of listening to as well as creating music ~~with~~ and working for ten many years now. I feel guilty beyond words about these things, for example when I went back stage and in there to put out the music row of the crowd boxes I almost reflect me the way in which I did for Freddy Mercury who seemed to love, ~~be~~ reborn in the love and adoration from the crowd, which is something I totally admire and envy. The fact is, I can't feel you, anyone of you, if I simply said fair to you come. The worst crime I can think of would be to rip people off by faking it and pretending as if I'm having so much fun. Sometimes I feel as if I should have a punch in the clock before I walk out on stage. I've tried everything within my power to appreciate it (and I do, God, believe me I do, but not enough).

I appreciate the fact that I and we have of each other and entertained a lot of people. I must be one of those ~~people~~ narcissists who only appreciate things when they're gone. I'm too sensitive. I need to be slightly numb in order to regain the enthusiasm I once had as a child. On our last 3 hours I've had a much better appreciation for all the people I've known personally and as fans of our music, but I still can't shake the frustration, the guilt and empathy I have for everyone. There's just in all of us and I know I simply love people too much. So much that it makes me feel too fucking sad. The sad little, sensitive, unappreciated, pieces, Jesus man! why don't you just enjoy it? I don't know. I had a goddess of a wife who sweats emotion and empathy, and a daughter who reminds me too much of what I used to be. Full of love and joy, passing every person she meets because everyone is good and will do her no harm. And that's what I need to get to where I can barely function. I can stand the thought of Frances becoming the mistress of destruction, death row - that's become. I have it good, very good, and I'm grateful, but since the age of seven and become habit of all humans in general. Only because it seems so easy for people to get along and have empathy, empathy! only because I love and feel sorry for people too much I guess.

Thank you all from the pit of my burning noxious stomach for your letters and concern during the past years. In terms of one really, really, truly, I don't have the ~~same~~ person anymore and so remember, it's better to burn out than to fade away. peace love, Empathy. Your idiot

Frances and Courtney, I'll be at your altar.  
Please keep going Courtney.  
for Frances  
for her life which will be so much happier  
without me. I LOVE YOU I LOVE YOU!

Imagem 1. Fonte: <https://www.google.com.br>

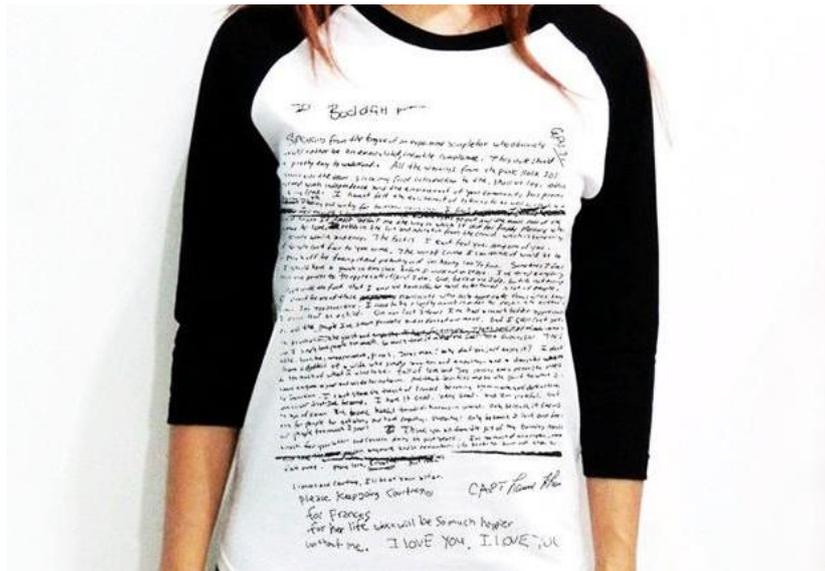


Imagem 2. Fonte: <https://www.google.com.br>

Em outro plano, a morte é um tema considerado tabu, o tratamento dedicado a este assunto é sempre como assunto que não deve ser iniciado ou abordado. Ao falar sobre este tema, as pessoas logo se recolhem ao silêncio ou se sensibilizam emocionalmente, o que também pode levar ao silêncio ou ao pedido de encerrar o assunto, mudar o tema.

Não falar sobre o assunto, permite que seja tratado de forma banalizada, esvaziando a rica reflexão que é possível e sua utilidade diante do luto ou do próprio adoecimento e morte. Os Meios de Comunicação Social (MCS), difundidos e acessíveis nos meios digitais e em rede, fazem da morte como fato real uma notícia envolvida em sensacionalismo trazendo a banalidade ao que é concreto e deveria incomodar, ao invés disso, causa conformismo ou se torna apenas mais um episódio trágico, que não é o primeiro e nem tampouco o último. Destaca-se esta consequência negativa promovida pela mídia:

[...] o número de mortes violentas e eficiência midiática em divulgá-las propagam uma certa banalização da morte, reduzindo vidas humanas a dados numéricos. Nesse panorama entre o tabu e a banalização, parece que ainda estamos longe de alcançar um tom que seja mais adequado para tratar deste tema. (FUNARI; OMENA, 2017, p.134).

Estamos diante de extremos sobre o tema, na distância entre o silêncio e a fala banalizada, deve-se encontrar meios e oportunidades para corrigir este dualismo, e promover o diálogo. Não falar sobre o tema não o torna mais aceitável, pelo

contrário, permite que o vazio dê lugar a entendimentos menos úteis do ponto de vista da manutenção do convívio e do bem-estar social daqueles que experimentam o luto.

Por outro lado, a fala sobre o tema desprovida de critérios pode promover à situação de atração, um sensacionalismo que esvazia o valor da vida e pode produzir na sociedade o conformismo, a aceitação da violência como um traço inevitável da vida em sociedade.

O meio familiar seria um ambiente oportuno para o diálogo sobre a morte, não somente quando por ocasião da morte de alguém próximo. Os adultos deveriam promover o diálogo sobre este tema, apresentando compreensões que façam parte dos conceitos sociais vigentes ou fazendo uso de atributos religiosos, desde que, possam contribuir para perceber que a finitude é natural e que os procedimentos e rituais que envolvem o luto e sepultamento tem suas justificativas e objetivos. Os adultos não estão dispostos a manter este diálogo, por muitas vezes, considerarem eles mesmo, este assunto inoportuno. Temos um ciclo que continua a acontecer e se não for rompido deixará de forma efetiva o dualismo do tabu e da banalização.

No exercício de sair do particular para o geral, queremos abordar aqui, como um caso específico, pode expressar uma demanda mais ampla.

Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari, organizadores da obra “As Experiências Sociais da Morte” (2017), destacam no capítulo quinto, item cinco, a reação de um grupo de professores que durante uma Oficina de Identidade e Patrimônio para Professores, realizada entre professores municipais, abordando o tema morte, a partir de relatos históricos de massacre e morte de indígenas, um dos presentes afirma a dificuldade de trabalhar o tema com os alunos, apesar de reconhecer ser interessante, a dificuldade se justifica pelos relatos de morte de pais de alunos, que foram apresentados, descrevendo o envolvimento e o comprometimento emocional da escola com as circunstâncias dos atores envolvidos. Segundo os autores,

Foi interessante notar que uma docente se levantou e disse que *se este assunto continuasse ela iria abandonar a oficina*. Para os docentes, a fala desta professora confirmou o problema que muitos docentes possuem para trabalhar a morte em sala de aula. (FUNARI; OMENA, 2017, p.147).

Estamos diante de questões que se revelam como demandas e com urgência devem suscitar meios para que sejam atendidas. Os professores são

preparados na academia para tais situações? Seriam os professores os agentes encarregados de abordar este e outros temas no meio escolar? Como capacitar os docentes para debater este e outros temas no meio escolar?

O episódio se dá durante uma Oficina de Identidade e Patrimônio para Professores, uma iniciativa que oferece ao professor conceitos e informações sobre identidade e patrimônio, portanto, abordando a cultura como processo de formulação das identidades, seja pelo contexto material ou imaterial. Ao abordar o assunto cultura, temos um leque diversificado de possibilidades o que faz das ciências sociais, um saber necessário para formação de docentes e como instrumento da promoção de debates sobre temas complexos.

Parece incomum um docente de admitir sua limitação diante do tema, independente de se tratar de um comprometimento emocional ou profissional. Também seria trágico se, ao não admitir, considera-se apto e causasse algum conflito ou constrangimento com os alunos.

Certamente podemos incluir na lista de assuntos que representam grande complexidade de abordagem entre docentes e discentes, estigma e suicídio, considerando aqui, que o suicídio é algo ainda mais delicado por exigir conhecimento de regras sobre como abordar o assunto, como por exemplo, as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Centro de Valorização da Vida (CVV). Outro cuidado evidente é a possibilidade de o assunto ser abordado por ou na companhia de um profissional da psicologia que possa mediar diálogos e direcionar para atendimentos específicos.

O relato dos professores, como citado acima, sobre os casos de morte dos pais de alguns alunos durante a oficina, nos traz, para refletir a questão quanto à forma como lembramos das pessoas mortas, com conformação ou não. Como podemos viver a lembrança? De que forma este lembrar pode ser negativo ou positivo a quem vive? Existem muitas formas de lembrar dos mortos, é comum ouvirmos relatos de pessoas que morrem com deformações e que seus entes queridos preferem lembrá-lo a partir de imagens anteriores a estas deformações. Podemos encontrar casos em que as pessoas, movidas pelo desejo de exposição, característica do advento e da adesão às redes sociais, façam *selfies* com pessoas mortas, como pode ver na imagem 3.



Imagem 3 – Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/selfie-em-velorio-de-campos-gera-indignacao-nas-redes-sociais-13635476>

A forma como se pretende lembrar de um falecido, é um traço comum em diversas culturas, expressando também diversas formas de viver este ritual de despedida e desapego do morto. Identificamos aqui, uma relação tensa entre o lembrar e o esquecer, um conflito que se faz presente no luto, desde o velório até os rituais *post-mortem*. Lembrar da melhor forma e esquecer daquilo que é desagradável, como citamos anteriormente, as deformações ocorridas às vésperas da morte. A memória do ente falecido remete, então, a determinação do seu lugar, uma mudança que ocorre nos rituais próprios da morte, o lugar não mais é entre os vivos, mas agora, na eternidade, no cemitério que se torna um lugar certo da presença física material, conferindo ao morto seu lugar que não mais deverá ocupar o espaço da anterior condição de vivo. Sobre isso nos falam Omena e Funari (2017, p.206):

A tensão entre o lembrar e o esquecer é o limite/arco da dor que dispara a flecha/imagem do morto seu voo/repouso, presos, vivos e mortos no eterno agora da saudade. A memória garante um lugar onde cada coisa possui seu acento certo, impedindo que o esquecimento imprima o vagar ao ausente, conferindo-lhe um não lugar.

Os rituais de despedida que envolvem velório, sepultamento e visitas ao túmulo, como celebrações religiosas, servem para prover consolo e aceitação da perda do ente querido. Independente da cultura, o lugar adequado para depositar o morto, é também uma riqueza de significados, que estão presente no imaginário simbólico das pessoas ou que são transmitidos socialmente através de conceitos religiosos, ideológicos ou econômicos. A preocupação com o lugar serve também aos

vivos, traz o consolo de estar dando um digno lugar ao falecido, para na segurança ou conforto do lugar em que este é depositado possa amenizar o sofrimento da perda.

Do fim da Idade Média ao século XVIII, encontramos duas características principais sobre o luto. A oportunidade de expressar a dor raramente experimentada, o luto, é, portanto, um tempo adequado para o pranto, como manifestação clara de sofrimento, a segunda característica é de defender os sobreviventes do excesso da dor, fato que se dá nas visitas que são próprias do velório, onde lhe é exigido o convívio social. O século XIX, consegue superar estas características, fazendo do luto um ritual, que pratica o exagero, expresso no choro, no desfalecimento e no jejum, entre outras formas. Sobre esta mudança nos diz:

Este exagero do luto no século XIX tem um significado: os sobreviventes aceitam com mais dificuldade a morte do outro do que o faziam anteriormente. A morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro. (ARIÈS, 1975, p.45).

Aqui podemos ponderar que, a temeridade à morte do outro em detrimento de sua própria morte, apresenta traços de um comportamento que pode levar ao suicídio. O ritual dedicado ao luto, assume características bem diferentes ao longo da história, seja por influências religiosas ou sanitaristas, entre outras possíveis influências. Esta mudança indica como o luto, compreendido pelo velório, sepultamento, orações e visitas ao túmulo, passou a ser em função dos vivos muito mais que em função dos mortos.

Um conjunto de ações com sentidos específicos, rituais que marcam a despedida e possuem o objetivo de trazer consolo e conscientizar da separação. Nos casos em que a morte se dá por meio do suicídio, e o fato não pode ser ocultado, estes rituais não assumem o mesmo sentido, exceto nas culturas ou casos em que o suicídio esteja ligado à uma questão de honra ou outra condição similar, como morte pelo ato heroico de salvar uma pessoa importante à vítima.

A ação coercitiva da sociedade sobre o indivíduo é contatada quando no velório ou em outras circunstâncias o sujeito omite as expressões de sofrimento, mesmo que esteja com causas suficientes para se entregar ao pranto, seja pelo luto, ou mesmo pelos males da vida, acometidos fatal e inesperadamente, doenças, acidentes e outros infortúnios. A atuação da sociedade, através de valores morais, impõe ao indivíduo, incapaz de socializar felicidade, por não dispor dela, a

necessidade de si recolher, motivo pelo qual, dá início ao processo de anomia, ou de isolamento.

Este afastar-se, acrescenta ao sujeito a conformação com as causas, fazendo-o crer que não é capaz de superar, de novamente relacionar-se com os mais próximos e mais ainda, com a sociedade. Um caminho possível é a farsa, alguns podem fingir que estão felizes, criando uma fantasia, grave caso de dissociação entre o real e o imaginário, gerando conflitos interiores, angústias que se agravam no recolhimento inevitável dos aposentos ou do adormecimento. Esta percepção é evidenciada por Ariès (1975, p. 56):

[...] a necessidade de felicidade, o dever moral e a obrigação social de contribuir para a felicidade coletiva, evitando toda causa de tristeza ou de aborrecimento, mantendo um ar de estar sempre feliz, mesmo se estamos no fundo da depressão. Demonstrando algum sinal de tristeza, peca-se contra a felicidade, que é posta em questão, e a sociedade arrisca-se, então, a perder sua razão de ser.

Mais uma vez, percebemos como as modificações que ocorrem sobre o tema da morte atuam no indivíduo, que é afetado por leis sociais que apontam como é melhor viver o luto, ou como se deve fazer para superá-lo. Em meio as estas percepções, a sociedade tem revelado o seu conceito de todo formado por partes que são interdependentes que forma a coesão necessária para se manter, continuar e se preservar.

Quando o indivíduo deixa de pensar em si, compreendendo que o valor maior é do todo, neste caso a sociedade ou grupo a que pertence, temos a razão de que, vale a pena o sacrifício do recolhimento e até da morte, por um todo, uma sociedade que seja beneficiada na sua permanente existência na história.

A Psicóloga Lana Veras, no seu livro *Aqui se jaz, aqui se paga* (2015), reúne um conjunto de informações, pertinentes para pensarmos como a sociedade compreende a morte, em suas variedades culturais e assimilações religiosas. Ao se deparar com a morte e o luto, é possível que uma reflexão sobre o sentido da vida ocupe os pensamentos e faça questionar se a vida é realmente algo que deve ser continuado. O luto experimentado na dor, seja pelo fato da perda em si, ou por se dar numa circunstância trágica e inesperada, promove nas pessoas questionamentos, que são permeados pelo pranto, pela ausência que se segue ao sepultamento.

Aqui, se revela necessário um conjunto de elementos também culturais ou religiosos que possam mudar o foco da reflexão do desespero para a consolação, do

pranto ao silêncio, como expressão de aceitação da realidade que não pode ser mudada. Veras (2015, p.82) destaca: “o encontro com a finitude pode ser triste e difícil, pode evocar sentimentos dolorosos e trazer questionamentos sobre o sentido da vida a seguir”. Este questionamento nos aponta duas reflexões.

A primeira, se a vida a seguir, se refere à consciência de uma vida após a morte, nos parâmetros religiosos ou simplesmente culturais. Assim, o questionamento constitui uma valorização da matéria já iniciada na putrefação, que não mais se diverte ou desfruta desta vida. E vida a seguir, vale a pena? A segunda, se a vida a seguir é o cotidiano após o sepultamento. A ausência que assume a representação emocional de saudade, ou por outras razões, econômicas ou familiares, em que o falecido representasse uma garantia, então, qual o sentido de uma vida sem esta garantia?

A cada novo ponto sobre o tema da morte, que é refletido, encontramos questões e elementos simbólicos, construídos socialmente, que ditam como se deve lidar com a morte do outro através do luto e como viver os sentimentos relacionados à perda.

Podemos considerar alguns pontos que elucidam a relação entre juventude, escola e suicídio, que estão citados na abordagem sobre estigma e morte. As duas categorias possuem em comum a construção social dos conceitos e suas transformações ao longo da história, exercendo grande influência sobre as reações individuais e coletivas diante de uma e de outra.

Não podemos negar que morte e estigma representam duas categorias comuns às sociedades, independentemente de sua cultura ou do tempo que se defina como recorte. Neste estudo, serve para refletir como, estas propõem forma de compreensão para definir comportamentos que amenizem os sofrimentos e o isolamento, sendo esta, outra característica comum.

Morte e estigma são sugestivas ao recolhimento, são excludentes se encaradas por um conjunto de regras sociais favoráveis à desigualdade econômica, cultural ou na visão religiosa, no plano sobrenatural, sendo aqui, a desigualdade definida pelo procedimento irrepreensível do indivíduo.

Ao analisar o costume de fotografar os mortos e a exposição desta modernidade que descarta o limite entre público e privado, como vemos na imagem nº 3, na *selfie* durante o velório de um político conhecido nacionalmente, presidenciável e morto tragicamente em acidente aéreo, podemos inferir que, as

expressões continuam atuando no indivíduo, sendo diferente apenas a forma como se apresenta tal influência.

O uso de um registro escrito ou por outros meios, para manifestar traços característicos, morais, culturais ou religiosos, denominado de testamento, é apropriado pelo suicida, que sente que deve justificar o ato praticado, de tirar a própria vida, em certa medida reconhecendo o erro, ou tentando amenizar a dor dos emocionalmente mais próximos, ou aqueles a este unidos por laços sanguíneos. A carta deixada por quem tira sua própria vida, representa também um testamento, livre de moralidades, mas rico de razões ou desejos que sirvam ao propósito de comunicar aos vivos possíveis justificativas e amenizar seu desejo de resposta ao questionamento angustiante: por quê?

Se considerarmos que estigma e morte já constituem temas que são difíceis, no tocante à abordagem no ambiente escolar, quão mais difícil ainda será o tema do suicídio? Cabe ainda, uma questão, tocar no assunto, tende a prevenir ou incentivar o ato de tirar a própria vida?

## SUICÍDIO

“Mas o fato assim definido interessa ao sociólogo?” (DURKHEIM, 2014, 16). Durkheim, responde esta pergunta já na introdução de sua obra “O Suicídio” (2014). Como pode um fato com origem na ação de um indivíduo interessar ao sociólogo? O Suicídio é apenas a ponta de um *iceberg*, escondendo muitas implicações e questões, estas exigem um olhar mais atento em vista de compreender como o ato de tirar a própria vida tem suas causas e consequências nas relações sociais. Uma destas implicações é justamente como, ao longo da história, os diversos modelos culturais ou as crenças religiosas não encerram este fato e em alguns casos até contribuem para sua incidência.

Na resposta dada por Durkheim a esta questão, o que interessa ao sociólogo não é necessariamente o caso isolado, mas o conjunto deles, suas variações em um recorte de tempo e espaço e, portanto, dotado de “natureza social” (DURKHEIM, 2014, p.18). Neste percurso, convém dialogar com outras áreas que podem nortear a compreensão deste fato social, para direcionar ao sujeito deste

estudo, o jovem e o ambiente compreendido no recorte, escola de modo específico, os últimos anos da Educação Básica, o Ensino Médio (EM). Para evitar equívocos conceituais, vamos nos ater à própria definição de suicídio de Durkheim (2014 p.16):

Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima, e que ela sabia que produziria esse resultado. A tentativa é o ato assim definido, mas interrompido antes de resultar em morte.

Os conceitos citados acima elencam características que nos permitem refletir sobre o ato em si e suas implicações sociais. Direta ou indiretamente, serve para compreender que a consciência do risco é evidente mesmo quando a ação é indireta, para ilustrar tomamos, por exemplo, a mãe que salva o filho e ao fazê-lo, morre.

Já as categorias valorativas do ato, positivo ou negativo, revelam características morais e estão submetidos à cultura da sociedade em questão. Destacamos ainda a transformação do ato em tentativa se não é obtido sucesso. Para distanciar a visão da sociologia da ideia de ser o suicida um louco, Durkheim aponta estatísticas que não confirmam regularidade e permitem contestações quanto à explicação do suicídio a partir da loucura ou situação similar. Este direcionamento propõe distanciar das causas específicas de cada indivíduo que tira a própria vida, para aproximar das influências coercitivas que a sociedade provê.

Este tema, porém, não é tratado apenas pela sociologia, outras áreas desenvolvem estudos sobre o suicídio e a partir de questões próprias procuram apresentar informações que sirvam para empreender ações preventivas. Na filosofia, encontramos o caso de Sócrates, que é condenado a tomar veneno de cicuta ou admitir culpa pelo crime de subverter aqueles que participavam de suas reflexões. Assim, diante da opção do exílio, Sócrates prefere a morte, embora não seja um suicídio convencional, mesmo considerando que não tinha mais que duas opções, ele poderia optar por viver, neste caso fala mais alto o valor da postura moral, de não negar o que já havia sido afirmado.

A psicologia, a sociologia entre outras, são áreas que também se debruçam sobre este tema e participam na elaboração de políticas públicas para prevenir ou tratar as marcas deixadas pelo suicídio no meio social e familiar da vítima. Por se ater ao indivíduo, a psicologia atua diretamente na prevenção tratando causas e indicando meios para retomar o desejo pela vida, já desgastado pelos sentimentos e percepções

da vida, obtidas por interpretações específicas e pessoais que apontam a morte como solução única ou eficaz para resolver a circunstância que é experimentada e causa sofrimento.

Existem estágios no desenvolvimento da intenção suicida, iniciando-se geralmente com a imaginação ou a contemplação da idéia suicida. Posteriormente, um plano de como se matar, que pode ser implementado por meio de ensaios realísticos ou imaginários até, finalmente, culminar em uma ação destrutiva concreta. Contudo, não podemos esquecer que o resultado de um ato suicida depende de uma multiplicidade de variáveis que nem sempre envolve planejamento. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p.51).

Na religião, tem-se uma variedade de entendimentos, seja de religião para religião, como na história, já que dentro de uma mesma religião encontramos posturas diferentes sobre o suicídio ao longo do tempo. Estudando o tema Edilberto Raimundo Daolio e José Vitor da Silva indicam como as ciências são desafiadas por este fenômeno social. Para estes autores,

O suicídio direto, ou seja, o definido como dar fim à própria vida voluntariamente é um fenômeno paradoxal que desafia várias ciências, como a Filosofia, Psicologia, Direito, Psiquiatria, assim como as religiões, passando pela Bioética, e não deixando de lado o senso comum. (DAOLIO e SILVA, 2009, p.69).

Fica evidente as inúmeras áreas que estudam este tema e que surgem muitas implicações a serem respondidas. Na Bioética, por exemplo, uma análise pertinente é sobre a eutanásia, pessoas em situação terminal podem optar pela antecipação da morte? O direito, como ciência, em diálogo com as demais áreas assume a missão de indicar se lícito ou ilícito, como já citamos anteriormente, respeitada a lei, seja ela com maior ou menor influência cultural ou religiosa.

Para uma compreensão mais ampla do tema, além do conceito, vamos pontuar informações que se relacionam e permitem aprofundar este estudo. A imitação pode ser considerada uma causa para o suicídio? A obra literária de Johann Wolfgang Goethe, “Os Sofrimentos do Jovem Werther” (VON GOETHE, 2018), e a incidência de suicídio a partir da sua publicação são fatos úteis para uma reflexão sobre a imitação. Dapieve, em sua obra “Morreu na contramão, o suicídio como notícia” (2007), cita informações sobre o que ficou conhecido como ‘efeito Werther’, para designar um suicídio trágico e com o mínimo de semelhança com o caso fictício

de Werther. Semelhanças, sobretudo, no que diz respeito à motivação, um amor não correspondido.

A partir de 1774, a Europa romântica foi sacudida por uma onda de suicídios de jovens que se identificaram com o amor não correspondido do protagonista pela adorável, embora refratária, Charlotte. (DAPIEVE, 2007, p.14).

A identificação com as circunstâncias de vida do personagem nos indica como as pessoas podem também viver sua própria história na ficção, com casos de suicídios reais, nos colocamos diante da dúvida, se a semelhança entre vida real e ficção pode ser compreendida como causa suficiente para o ato.

Chama a atenção a forma escolhida para o suicídio, por meio de arma de fogo, e por serem encontrados exemplares do livro no local e próximo ao suicida. Dapieve cita outro caso mais recente, o suicídio real, ao menos no contexto midiático, de uma pessoa famosa, Marilyn Monroe ocorrido nos EUA no mês de agosto de 1962, “Naquele momento, 303 pessoas além da taxa mensal norte-americana decidiram-se, então, pela morte voluntária” (DAPIEVE, 2007, p.16). O caso fica conhecido como “fator Marilyn” que desencadeia um aumento significativo de suicídios.

O conhecimento de um caso de suicídio, seja literário ou verídico, exerce alguma influência sobre os indivíduos que já experimentam sofrimentos e o desejo evidente de encerrá-los tirando a própria vida. Sabemos que a imitação é um fato comum nas sociedades que exercem através de elementos culturais uma grande influência no indivíduo. A moda que torna evidente o fetichismo da mercadoria é um exemplo, a forma como um valor subjetivo e presente em determinado produto pode provocar o desejo de consumo.

Para compreendermos se a imitação nos casos de suicídio pode ser uma causa e se existe alguma influência cultural que exerce sobre o indivíduo tamanha coerctividade, vejamos a análise de Durkheim. A primeira reflexão é no sentido de confirmar que a imitação é um fenômeno eminentemente social e que assim pode ser estudado pela sociologia, Durkheim cita: “é um fenômeno eminentemente social, pois é a elaboração em comum de um sentimento comum” (Durkheim, 2014, p.112).

A imitação entendida como fenômeno social, levanta uma questão, seria este fenômeno é em si causa do suicídio? Em sua obra “O Suicídio”, com base em estatísticas e análises, o autor afirma que a imitação, embora presente, não pode ser entendida “como fonte de toda a vida social” (Durkheim, 2014, p.128). Mesmo

considerando que nos casos do “jovem Werther” e o “fator Marilyn” encontramos indícios claros da imitação e de influência, a partir da análise de Durkheim, não podemos elevar a imitação à categoria de contágio ou de causa suficiente para o ato suicida. Portanto,

Mas, sobretudo, o insustentável é que essa generalização possa se dever a algum contágio inquestionável. [...]. No entanto, a sociologia só poderá pretender ser considerada uma ciência, quando já não for permitido, àqueles que a cultivam, dogmatizar assim, furtando-se tão manifestamente, às obrigações regulares da prova. (Durkheim, 2014, p.129).

O rigor científico apontado por Durkheim é sem dúvida o mesmo que ele próprio usa em suas pesquisas e análises. Este rigor é uma clara expressão do zelo por ele empreendido para conceituar e explicar suas concepções sociológicas. Diante destes elementos e no contexto sociológico deste estudo, entendemos que a imitação é um fato social e que não se constitui como causa capaz de levar a termo o ato suicida. Exerce sua influência, mas não como causa, apenas desencadeia pela identificação, em pessoas que já possuem as motivações necessárias, a decisão de executar.

Para pensar o papel da escola no diálogo sobre suicídio, é útil retomar os tipos e causas sociais definidas por Durkheim, pois estas trazem elementos importantes e capazes de indicar antecipadamente o risco de morte voluntária. Em suas ponderações, Durkheim reflete como causa geradora do suicídio, o egoísmo, para descrever relações sociais frouxas, vínculos sociais fragilizados a ponto de a própria vida não ter sustentação. As ponderações indicam que o vínculo pode ser estudado de três formas, a saber: doméstico, político e religioso e são determinantes para vincular também o indivíduo à vida, trazendo imunidade a este. Nas palavras do autor,

inversamente, não é aquilo que o vínculo doméstico ou o vínculo político têm de específico que pode explicar a imunidade que conferem, pois a sociedade religiosa tem o mesmo privilégio. A causa só pode ser encontrada em uma mesma propriedade que todos esses grupos sociais possuem, ainda que, talvez, em graus diferentes. Chegamos, pois, a esta conclusão geral: o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte. (DURKHEIM, 2014, p.201).

Aqui percebemos a importância do vínculo e sua relação com a incidência de suicídio, e questionamos: podem os agentes de educação, na sua atuação na escola, perceberem o nível do vínculo do aluno? A coesão é obtida pela ação de instituições sociais dentro do processo de socialização, família e escola oferecem espaços de convivência e de partilha de valores morais, culturais e religiosos. Esse processo, quando se dá de forma eficiente é capaz de criar vínculos e estabelecer relações que afastem o egoísmo e torne possível a imunidade necessária para que a morte voluntária não seja uma opção. Pontuando algumas destas instituições, quanto ao papel de cada uma na formação de vínculos, começando pela família, como podem ser formados vínculos que e como consequência a imunidade necessária para refutar o egoísmo como um comportamento aceitável. O manual de prevenção ao suicídio, para profissionais de saúde (2006, p.70), lista como recursos da comunidade em vista da prevenção do suicídio os seguintes meios, conforme exposto na imagem 4.

### Recursos da comunidade

As fontes de apoio usualmente disponíveis são:

- família;
- companheiros/namorados;
- amigos;
- colegas;
- clérigo;
- profissionais de saúde;
- grupos de apoio, ex.: Centro de Valorização da Vida (CVV)  
[www.cvv.com.br](http://www.cvv.com.br).

Imagem 4 - Fonte: Manual de prevenção ao suicídio para profissionais de saúde.

A família possui, no contexto moral e legal, a tarefa de oferecer meios para o desenvolvimento da criança, sejam filhos biológicos ou não. No âmbito familiar são criados e definidos os vínculos e os papéis sociais, embora pareça utópica, esta percepção ameniza os riscos de fracasso do vínculo entre o ser e a sociedade.

Sabemos que a realidade social a que estamos inseridos impõem novos desafios de ordem econômica, de segurança pública e a exigência cada vez maior do mercado de trabalho quanto à jornada de formação e exercício da profissão, e cada vez menor a recompensa quase sempre incapaz de atender as mais elementares

necessidades. Para não alongar apenas nesta reflexão, vejamos dois pontos evidentes da realidade a qual estamos submetidos.

A participação da mulher no mercado de trabalho, seja por razões de igualdade de gênero ou por necessidade de aumentar a renda, afasta uma das figuras, da transmissão de valores aos filhos, reduzindo o tempo de convívio e exigindo reparação para a carência que surge desta ausência. Este assunto desencadeia outros, como o fato de os filhos encontrarem em outros personagens o saciar destas carências e ausências, atores sociais que podem divergir nos valores da família e sendo assim um fato gerador de conflito entre pais e filhos, gerando a vulnerabilidade que coloca em risco o vínculo. A ideia de família patriarcal não se manteve e com isso os novos modelos promovem o encontro de valores morais, éticos e culturais diferentes. É possível que as famílias não estivessem preparadas para estas mudanças e que por isso, a tolerância não foi a regra, ficou resumida à exceção.

O outro lado desta reflexão é a coesão obtida a partir de cerceamento da liberdade, podendo ser classificada como violência e que por isso, fez do vínculo familiar algo desnecessário. Por este caminho, podemos perceber que a manutenção imposta de comportamentos tradicionais apenas conseguiu submissão e não a adesão consciente e livre, tal submissão se dá apenas enquanto uma solução não é oferecida ou encontrada, e como solução, um caso de suicídio literário ou noticiado de forma sensacionalista pode encontrar nesta relação fragilizada, ambiente fértil para acolhida, levando a pessoa a cogitar sua própria morte de forma voluntária.

Os novos modelos familiares se apresentam também como temas a serem estudados: crianças que são criadas pelos avós ou por outro membro da família que não seja pai e mãe, apontam questões sobre como se dão estes vínculos? E, como as relações familiares no processo de socialização primária se constituem? Exigências também estão presentes nestas relações para que os conflitos sejam mínimos diante das diferentes visões acerca do mundo e de suas implicações. Ou seja,

Os vínculos familiares realizam uma relação na qual a pessoa entra com a totalidade de sua existência, de seu temperamento, de suas capacidades e seus limites, diferentemente do que acontece com quase todos os outros ambientes da vida, nos quais se estabelecem relações parciais, limitadas a capacidades específicas, correspondentes a funções determinadas. (PETRINI; DIAS, 2013, p.19).

A formação do papel social tem início na família, a partir de relações sociais totais, ambiente onde os valores morais adotados pela família enquanto grupo social e que compõem o conteúdo desta socialização, detêm maior probabilidade de encontrar acolhida nos filhos que nas demais instituições nas quais as relações se dão de forma superficial e com interesses temporários e específicos.

Analisar este papel da família e considerar os parâmetros atuais, a partir da situação socioeconômica, revela a vulnerabilidade a que os jovens, estudantes do Ensino Médio estão sujeitos e como esta circunstância em certa medida é mais uma dificuldade na vida escolar deste sujeito social que tem seus sonhos classificados como impossíveis por um outra instituição, seja família, Estado ou escola, que não se detêm no quadro geral, nem tampouco nos detalhes e não se dão conta da relação entre vínculos fragilizados e a violência que nos insere num ciclo violência-egoísmo-violência, levando cada sujeito à descrença e ao desânimo de uma vida melhor para si e pelo menos para os mais próximos.

Choca a sociedade quando o noticiário apresenta um crime ocorrido dentro de um grupo familiar, pessoas que, experimentadas no egoísmo e na insatisfação de algum aspecto valorativo, depreende atos de violência, culminando em assassinato seguido ou não de suicídio.

Cabe agora refletir sobre esta criança que é enviada por sua família ao segundo ambiente de sua socialização, a escola. Como já citamos, a escola é um ambiente plural, e esta característica é cabível também para pensarmos as diversas realidades familiares das crianças que se encontram no ambiente escolar.

Da infância até a juventude, no caminho percorrido na Educação Básica, é possível notar que o estudante vive o encontro de ambientes distintos que podem variar em sua característica entre agradável ou desagradável, lugar para extravasar suas angústias ou impor seu comportamento, permissivo ou opressor. No meio destas variáveis, encontramos outros atores da educação, professores, gestores e outros colaboradores da manutenção e do funcionamento do espaço escolar que possuem também seus dilemas e sua identidade, formada em circunstâncias particulares, porém num cenário semelhante, que podem variar na forma e na intensidade.

Embora a socialização primária na família seja intensa, na escola, segundo ambiente desta etapa, a criança não reproduz em plenitude o que na família é transmitido. Nota-se que ainda há espaço para novas assimilações e que a formação não está concluída. Em outras palavras,

Se, por um lado, temos a tendência de reificar os comportamentos das crianças em traços de caráter ou de personalidade, a sociologia deve lembrar, por outro, que esses traços não aparecem em um vácuo de relações sociais: são, sim, o produto de uma socialização passada, e também da forma das relações sociais através das quais estes traços se atualizam, são mobilizados. (LAHIRE, 1997, 17-18).

Em sua obra “Sucesso escolar nos meios populares”, Bernard Lahire (1997) discute as razões do improvável, trata-se de uma análise sobre os meios escolares, que neste estudo, serve para destacar a continuidade que é a escola de uma socialização anterior e que por sua vez é um ambiente para atualizar e mobilizar os valores que norteiam os comportamentos. Esta reflexão é corroborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu ao afirmar que a família é lugar de transmissão do *ethos*. Quer dizer,

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. (BOURDIEU, 2013, p.46).

Ponderando as duas afirmações, fica suficientemente claro que família e escola possuem um papel comum, o de socializar e que, a partir do início da vida escolar, ambas devem participar contribuindo para formação de vínculos e de relações sociais coesas, seja no grupo específico, familiar ou escolar como também nas relações sociais fora destes ambientes.

Aqui percebemos que a escola é convocada para atuar, não apenas como mediadora do acesso ao conhecimento, mas na continuidade da criação e do fortalecimento dos vínculos e das relações sociais. Na atuação dos atores sociais da educação, são exigidas ações que sirvam com esse propósito, sempre primando pela adesão e tomando distância da imposição. Atividades esportivas e culturais são meios comuns para produzir interações sociais e permitem a cooperação e manifestação de interesses paralelos àqueles que são impostos, como por exemplo, conquistar uma vaga numa instituição de ensino superior, de preferência, uma pública, onde a concorrência e a hierarquia dos cursos são também desafios.

Convém refletir a realidade das relações sociais na atualidade e o faremos a partir de Zygmunt Bauman (2001). As relações sociais se transformam rapidamente e nem sempre os estudos são capazes, ao menos no quesito velocidade, de apurar o que ou como ocorrem estas transformações.

A *internet*, enquanto rede mundial, aproximou o que estava longe e distanciou de muitas formas o que estava perto, variando de pessoa para pessoa, ou na autonomia formada anteriormente por valores culturais, morais ou religiosos. O contato com outras culturas, antes distantes e pouco conhecidas, se tornou possível e produziu a assimilação de muitos caracteres do comportamento social gerando então alguma distância entre os que não julgaram necessária esta adesão ao comportamento ou expressão cultural diferente.

A mídia se reinventou, passando dos tradicionais canais de televisão e rádio para transmissão no ambiente da rede mundial, a *internet*. Esta adequação facilitou o acesso e compartilhamento de experiências que encantaram alguns e produziram conflitos com os que não fizeram a mesma adesão em maior ou menor grau. Tais conflitos unidos ao contato com culturas diferentes, também enfraquecem o vínculo com a família ou com atores da educação no ambiente escolar. Pois,

As modas vêm e vão com velocidade estonteante, todos os objetos de desejo se tornam obsoletos, repugnantes e de mau-gosto antes que tenhamos tempo de aproveitá-los. Estilos de vida que são "chiques" hoje serão amanhã alvos do ridículo. (BAUMAN, 2001, p.187).

A velocidade da obsolescência é um desafio que exige dos estudos sobre as relações sociais em casos específicos rapidez e que apresentem análises substanciais. Citamos o exemplo de dois fenômenos, primeiro a série “Os 13 Porquês”(2017), adaptada a partir do livro homônimo do autor Jay Asher, que narra a história de uma jovem, Hannah Baker que junto com a família procura se estabelecer numa pequena cidade, inicialmente na escola, o convívio com pessoas pouco conhecidas e que detêm características específicas advindas da particular formação de cada família, um ambiente diversificado como realmente é uma escola.

A série popularizou a obra através da *internet* e de canais de *streaming*. Personagens jovens, evidenciando os conflitos próprios desta fase como, por exemplo, o desencantamento com a escola e a difícil relação com os pais, estes dois elementos são comuns e certamente o ponto mais atraente para os espectadores que enfrentaram os preconceitos ou questionamentos dentro da própria família para chegarem ao fim da história. Retomamos aqui, a afirmação de Bauman (2001), sobre a rapidez com que estes encantamentos chegam e se vão, certamente desafiando as relações e incentivando reações sejam elas de distanciamento ou de aproximação, de

fortalecimento do vínculo ou enfraquecendo-o, variando a partir da forma como o assunto foi absorvido ou tratado nas relações familiares ou sociais.

Os meios de comunicação social veicularam questões sobre a utilidade da série como prevenção ou como incentivo ao suicídio, esta questão recebeu notoriedade, e representa um exemplo claro de desafio imposto à família e à escola sobre o grau do vínculo existente entre familiares e no ambiente escolar e sobre como abordar o tema, quando este já se tornou parte do cotidiano do aluno, através de uma ficção a qual teve acesso.

A revista Exame apresentou matéria em meio eletrônico, sobre o assunto, indicando a série como útil para suscitar a busca por ajuda, como podemos ver na imagem 5.



Imagem 5 – Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/serie-da-netflix-faz-crescer-busca-pelo-cvv-em-445/>

Acesso em 11/02/2018 22:36

A identificação com as histórias de cada personagem da série “Os 13 Porquês” é um indicativo de que os arranjos familiares estão se esforçando para se manter, diante de tantas transformações tecnológicas que aproximam e fascinam as pessoas, através de um universo virtual, que parece dá conta de suas angústias e anseios e que não são compreendidas pelos contatos reais ou nem arriscam

compartilhar, gerando distância mesmo entre aqueles que estão sob o mesmo teto e no mesmo grupo social, família ou escola.

A mídia reportou ainda a existência nos meios virtuais de um jogo, que atraiu muitas pessoas, para realizarem desafios caracterizados pelo risco à própria vida. Alguns veículos de comunicação citaram que os desafiados infligiam danos ao próprio corpo e que o último seria a morte voluntária.

Este desafio denominado “Baleia Azul”, fez vítimas em várias cidades do mundo e trouxe à tona a discussão sobre liberdade no acesso aos conteúdos providenciados pelas redes sociais e demais veículos que se utilizam da *internet*. Como a família pode lidar com este fato? Como a escola pode colaborar no diálogo sobre temas ligados direta ou indiretamente ao suicídio? Estas são algumas das questões que surgem diante desta realidade das relações e da fragilidade dos vínculos sociais, agravados por uma “modernidade líquida”, de acordo com Bauman (2001).

Se estamos falando de vínculos rompidos ou fragilizados, enquanto causa ou origem da ideia de tirar a própria vida para resolver a situação, objetivamente podemos cogitar que os caminhos para distanciar as pessoas deste egoísmo, passam necessariamente pela tolerância e pela restauração de vínculos e seu fortalecimento.

O suicídio denominado por Durkheim de “Altruísta” é talvez o tipo social menos comum entre jovens, considerando que neste caso a justificativa é um bem além morte ou um ato que beneficie as pessoas próximas de si, como uma morte honrosa que não represente uma mancha ou estigma para sua família.

Para o jogo “Baleia Azul”, existe aí uma questão egoísta caracterizada pela inexistência ou enfraquecimento do vínculo social, como pode parecer ao imaginário do jogador e daqueles com quem se relaciona. Nas palavras de Durkheim (2014, p. 217),

Não há suicídios cujo caráter altruísta seja mais marcado. Com efeito, em todos esses casos, vemos o indivíduo aspirar a se despojar de todo o seu ser pessoa para se abismar nessa outra coisa que ele considera sua verdadeira essência. Pouco importa o nome com o qual a designe, é nela e apenas nela que ele crê existir, e é para ser que ele tende tão energicamente a se confundir com ela.

Diversas religiões ou expressões culturais sugerem desafios ou o desapego aos bens presentes na existência material e que há sim, uma vida após a morte e que seu acesso ou a forma como essa será depende muito daquilo que é

escolhido ou como são enfrentadas as circunstâncias desafiadoras desta vida. “Para cristianismo, judaísmo, islamismo, budismo e hinduísmo, a morte biológica não é o nosso fim definitivo e o nosso pós morte será determinado por nossas ações em vida” (DAPIEVE, 2007, p.37).

No Cristianismo, por exemplo, temos nos primeiros séculos a pregação do desapego desta vida como caminho para desejar e alcançar a salvação e a vida eterna. Tal conteúdo produz um dualismo sobre o ato de morrer por decisão voluntária, sendo a pessoa o autor do ato ou aceitando livremente sua morte como nos casos de martírio.

Temos dois episódios clássicos para refletir. Primeiro, o caso de Judas, que tendo aceitado entregar quem era e onde estava Jesus Cristo, por trinta moedas, ao ver aquele que por três anos havia sido seu mestre, ser condenado, foi tomado por remorso e devolveu as moedas para em seguida enforcar-se (Bíblia Ave-Maria 1992, ou Mateus 27, 1-5).

O segundo caso, de Estevão que vivendo na condição de clandestino por professar Jesus Cristo como Senhor e Salvador, foi preso e acusado de pregar regras e costumes religiosos divergentes do judaísmo, foi condenado ao martírio depois de discursar aos seus algozes reafirmando sua fé no Cristo. É assim, considerado o primeiro mártir do cristianismo nascente. Interessante pensar como a morte nestes dois casos, variando apenas pelo executor, porém, ambos caracterizados pela aceitação da própria morte como solução, recebem interpretações diferentes na visão religiosa, a primeira com risco para salvação e a segunda com a certeza.

Para contextualizar como esta questão entra em discussão ao longo da história do cristianismo tomamos por base a pergunta de Giannetti<sup>3</sup>, referenciada por Dapieve, o qual também situa na história a intervenção sobre o assunto.

Dessa forma, como pergunta Giannetti, “se a peregrinação terrena é um vale de lágrimas e a bem-aventurança infinita é o prêmio dos que se entregam de corpo e alma ao chamado da fé, então por que adiar o momento da eterna e merecida recompensa?”. Relembra o autor que a proliferação do martírio e a prática de suicídio coletivo se tornaram uma ameaça de tal ordem que as autoridades religiosas se viram compelidas a intervir: “Somente a partir daí, no século IV d.C., é que se declarou o suicídio um ‘pecado mortal’, capaz de condenar à danação quem o pratica”. (DAPIEVE, 2007, p.38).

---

<sup>3</sup> Eduardo Giannetti, economista autor do livro O valor do amanhã.

As religiões são instituições que definem regras para os seus fiéis e que encontram na adesão destes o cumprimento de tais regras, notamos aqui que a ideia de suicídio é pecado quando o indivíduo é autor de sua morte e um testemunho de fé e desprendimento quando lhe pertence apenas o consentimento. Se trouxermos este contexto para analisar o suicídio altruísta, encontramos nestas religiões de formas pouco variáveis e em tempos distintos traços de que decidir ou atuar diretamente para tirar a própria vida, pode encaixar-se em situações de perdição ou de honra, dignas de prêmio no além morte. Então, por que estranhar que os jovens ou até mesmo adultos sejam atraídos por desafios que se apresentam como expressão de coragem, como virtude digna de reconhecimento?

Este certamente é um outro aspecto a ser levado em conta, se por um lado temos vínculos fragilizados e novos modelos de ser, por outro, temos vínculos fortemente estabelecidos com culturas ou religiões que na assimilação esclarecida ou equivocada pode levar ao desejo de morte, participando objetivamente ou simplesmente aceitando como resultado de sua escolha a sua própria morte.

Ao mesmo tempo em que culturas e religiões podem incentivar a valorização da vida, podem estas, a partir da forma como são apresentadas ou compreendidas, representar pela distorção de sua essência um risco e um caminho que leve ao desejo de suicídio.

A tolerância é então imprescindível para que egoísmo e altruísmo sejam identificados e acolhidos como forma de superação de equívocos quanto aos valores éticos, morais ou religiosos e para o fortalecimento dos vínculos sociais do indivíduo.

É necessário pensar a qualidade da formação dos atores que participam do universo escolar e suas condições de trabalho e suas relações além do ambiente escolar, se existe estabilidade emocional suficiente para lidar com este tema ou até mesmo para manter diálogo com jovens em situação de risco, ao menos pensando como acompanhamento ou encaminhamento para profissionais de saúde e à família para que o atendimento individual seja possível.

A sociedade submete os seus indivíduos a regras que possam manter além da ordem a sua coesão e o faz estabelecendo regras que se justificam por objetivos compreensíveis e capazes de obter de cada pessoa que dela faz parte sua adesão. Está, portanto, a família, como já foi citado, encarregada de apresentar estas regras e neste recorte pode variar na intensidade com que é exposta. Assim como a família, a escola é uma instituição que apresenta regras e que adota uma rotina a fim de

regular a vida, dizendo o dever e o direito do seu aluno. Cada família de modo muito particular adota ações e princípios que visam transmitir para os filhos tais regras, para atender a uma necessidade de pertença seja de modo amplo ou de específico se pensamos as exigências que acabam por se tornar regra no acesso ao mercado de trabalho ou do papel social pretendido.

A escola sistematiza não só o ensino, mas também os hábitos, seguindo modelos específicos ou gerais, mas sempre em visto do controle como garantia de uma aprendizagem adequada, que forme o cidadão para sociedade e o operário ou profissional para a produção. Como na escola o convívio se estende a um número maior de pessoas, favorece a ocorrência de conflitos, seja pelo desejo de transgredir ou pelo desejo de fazer valer os princípios assimilados na família.

Tanto na família, quanto na escola, encontramos a mesma possibilidade de olhar a meta apresentada pelos pais ou na escola, de uma formação adequada e capaz de garantir melhor qualidade de vida, como inalcançável, impossível talvez, coloca em cheque a permanência no percurso. Ocorrendo o conflito entre o que se pretende e as condições do indivíduo para obter este resultado, a consequência comum é a anomia, que por quaisquer que sejam as razões, resultam em desistir de se submeter às convenções sociais que impõe limites ou amplia os objetivos, em ambos os casos causando desesperança. Alimentada a paixão por determinado objetivo, como o homem encontrará um limite que possa considerar justo? Pode tal limite ser alcançado? Estas duas questões nos remetem novamente para Durkheim, do qual trazemos a reflexão sobre o processo de anomia que pode culminar com o suicídio.

Portanto a anomia é, em nossas sociedades modernas um fator regular de específico de suicídios; é uma das fontes na qual se alimenta o contingente anual. Estamos, por conseguinte, em presença de um novo tipo que deve ser distinguido dos outros. Ele difere dos outros por depender não da maneira como os indivíduos são vinculados à sociedade, mas pelo modo que ela os regulamenta. (DURKHEIM 2014, p. 254).

Tratamos agora, da forma como a sociedade se torna maior que o ser, pois precisa disso para manter sua coesão e continuar existindo na história. Retomando a obsolescência dos conceitos socioculturais indicados por Bauman nos colocamos diante da possibilidade de o indivíduo não encontrar sentido nas regras e buscar na morte auto infligida como meio para escapar e encerrar a desesperança num estado

de vida melhor, traço característico de que os vínculos além de fragilizados foram rompidos.

“Sem conseguir estabelecer vínculos com uma sociedade em constante mudança, o indivíduo isolado contempla tanto a vida quanto uma morte em aberto, ambas esvaziadas de sentido”. (DAPIEVE, 2007, p.42). Para o referido autor, desempenhar o papel social de socializar e assim submeter o indivíduo às regras da sociedade, com eficiência é também uma tarefa da família e da escola. A tarefa aqui parece dar sentido à vida em sociedade, na amplitude de todas as suas regras e controles que são exercidos de forma coercitiva.

Compreendendo estas duas instituições a partir da função social que a cada uma delas é atribuída, somos levados a refletir se estas detêm a consciência deste papel e a que nível estão aptas a atender esta necessidade “Apenas ela tem autoridade necessária para fazer justiça e marcar as paixões o ponto além do qual não devem ir” (DURHEIM 2014. 244). Na afirmação de Durkheim, a sociedade possui autoridade suficiente para definir os limites, e assim atribuir sentido limitado aos desejos que surgem.

Transportando esta realidade para o ambiente escolar, nos deparamos com mais este desafio, a atribuição de sentido às regras, ou limites que a sociedade sem hesitar impõe ao indivíduo, e que este, ao se opor, de forma mais radical através do suicídio, questiona a regra ou a competência desta sociedade de definir este limite e atribuir a ele sentido capaz de produzir adesão.

Ao tempo que media a aprendizagem, a escola deve ainda atender outras demandas, como por exemplo, disciplinar os alunos, e não simplesmente pela imposição, mas pela atribuição de sentidos a cada regra que lhe é apresentado. É indispensável a ideia de participação e de cooperação para que o aluno possa sentir que é de fato parte da instituição e não somente um cliente.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) realiza estudos, pesquisas e emite relatórios com os quais são divulgadas orientações sobre como, na perspectiva da saúde pública, algumas ações devem nortear o enfrentamento ao suicídio. Blanca Werlang escreve na obra “O Suicídio e os desafios para psicologia” (2013), o quanto a OMS atua atentamente no levantamento de dados e elaboração de propostas e orientações para o enfrentamento.

A OMS registra suicídios a partir dos cinco anos de idade e isso é altamente impactante, já que pensar que uma criança de cinco anos

de idade, que está em processo de desenvolvimento cognitivo e emocional possa buscar intencionalmente uma alternativa para seu sofrimento, tirando sua própria vida. Assim, é preciso dar atenção especial a esse problema. (WERLANG, 2013, p.25).

A psicologia, estudando as numerosas ocorrências de suicídio, o faz caso a caso, individualmente, respeitando as particularidades de cada ser. Por se tratar da área da saúde, é natural encontrar diferentes conclusões científicas, podemos contudo, manter o foco: o suicídio enquanto problema social, que precisa ser estudado e que mesmo considerando os padrões a partir da psicologia ou da sociologia, é um fenômeno que questiona as ações do estado e a capacidade de socializar, da família e da escola.

É certo que ao caminhar em outra área científica, vamos encontrar divergências e argumentos que as justifiquem. Respeitando, contudo, o objeto de estudo em seu recorte, os métodos utilizados e a abordagem, pode contribuir para estabelecer políticas públicas, ações voluntárias ou novos modos de interpretar a vida em sociedade e as relações inevitáveis, necessárias e formadoras do ser social.

Este entendimento conciliador não se faz presente na análise de Nilson Berenchtein Netto, quando critica usando o termo sociologismo para se referir às percepções de Durkheim e de Tomas Szasz sobre o suicídio, a saber: o primeiro a influência da sociedade sobre o ato voluntário de encerrar a própria vida e o segundo quanto à liberdade individual, que resguarda o absoluto direito de decidir sobre sua própria vida. Isto é, “Tanto um quanto o outro acabam desresponsabilizando a sociedade no que se refere ao suicídio”. (NETTO, 2013, p.20).

A própria psiquiatria tem contradições diversas que merecem a sua atenção, nesta reflexão podemos citar a referência de Netto a Ludwig Binswanger, quando admite que o suicídio é o sucesso de um de seus casos: “psiquiatra existencialista, que considerou sucesso terapêutico o suicídio de Elen West, que era o nome fictício da paciente dele”. Outra questão conveniente para pensarmos as implicações do suicídio nas diferentes áreas é a eutanásia, que na percepção de alguns agentes de saúde, médicos ou psicólogos apontam para a possibilidade de não ser a morte de si alcançada por este método um suicídio.

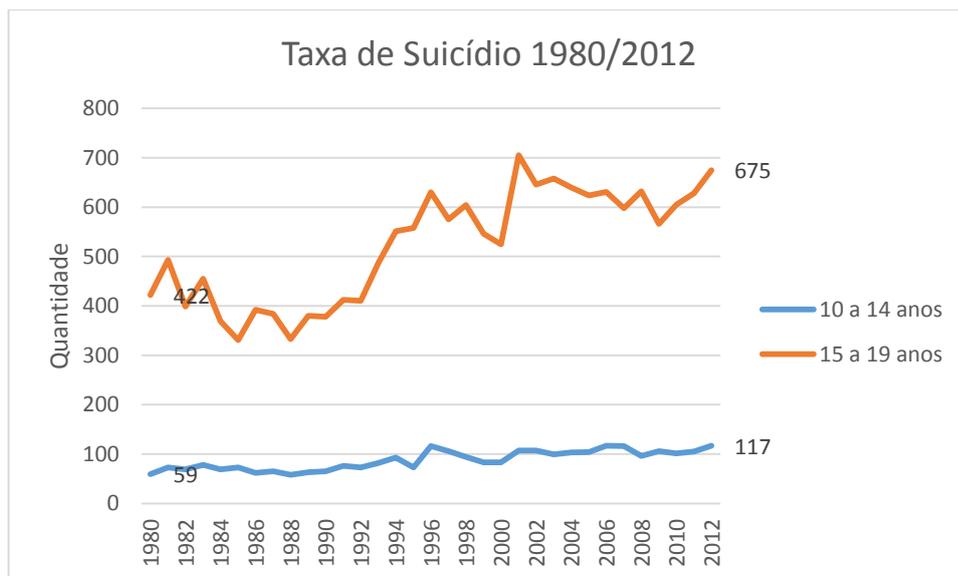
A luta organizada pelo direito de morrer uma morte eleita e digna, na modernidade, remonta, pelo menos à década de 1970, quando médicos e ativistas políticos, principalmente militantes anarquistas,

começam um debate na França, acerca do direito ao suicídio e à eutanásia. (DAVINNI, 2013, p. 84).

Com o olhar sociológico, a eutanásia é um desejo particular que pode se encaixar em uma das quatro categorias de suicídio de Durkheim: altruísta, egoísta, anômica ou fatalista. Retomando então o recorte deste estudo, e tendo visitado estas diferentes abordagens, temos que as contribuições da sociologia são úteis para pensar o desafio de dialogar sobre o suicídio no meio escolar ao menos como debate e não como tratamento, talvez como meio para encaminhar para o acompanhamento das áreas de saúde, se assim se fizer necessário.

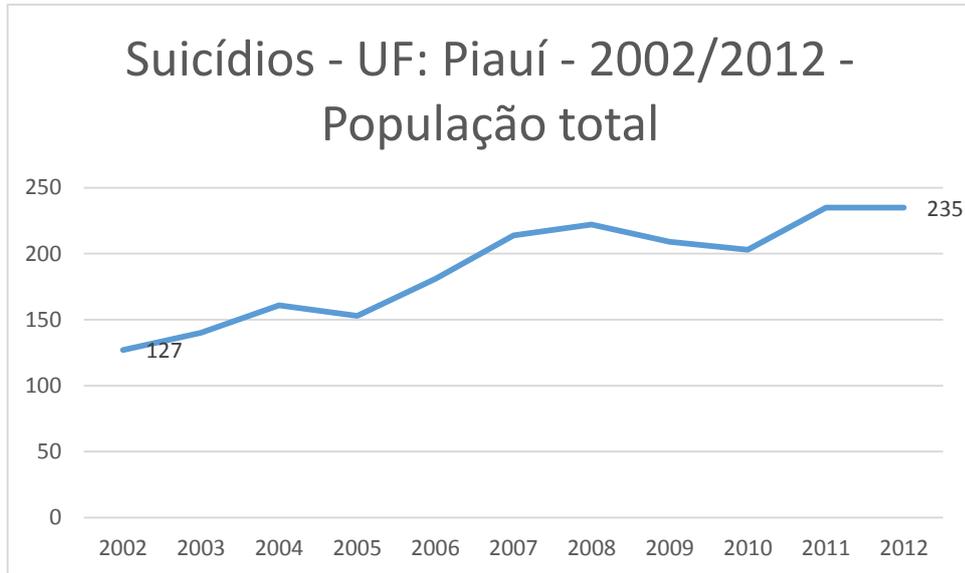
Uma justificativa comum para tantos estudos e análises sobre o suicídio se justifica não só pela importância do tema, mas pelo impacto que causa e pelas estatísticas que são tabuladas periodicamente, revelando aumento ou redução das taxas, apontando que pouco ou nada foi feito, ou que aquilo que foi realizado apresentou ou não resultado, sejam políticas públicas ou ações voluntárias.

A fonte usada neste apontamento de dados estatísticos foi a obra “Os jovens do Brasil mapa da violência 2014”, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, providenciada pela Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2014. Para este estudo vamos tomar dados de 1980 a 2012, em duas faixa etárias, de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, por se aproximar do recorte desse estudo.



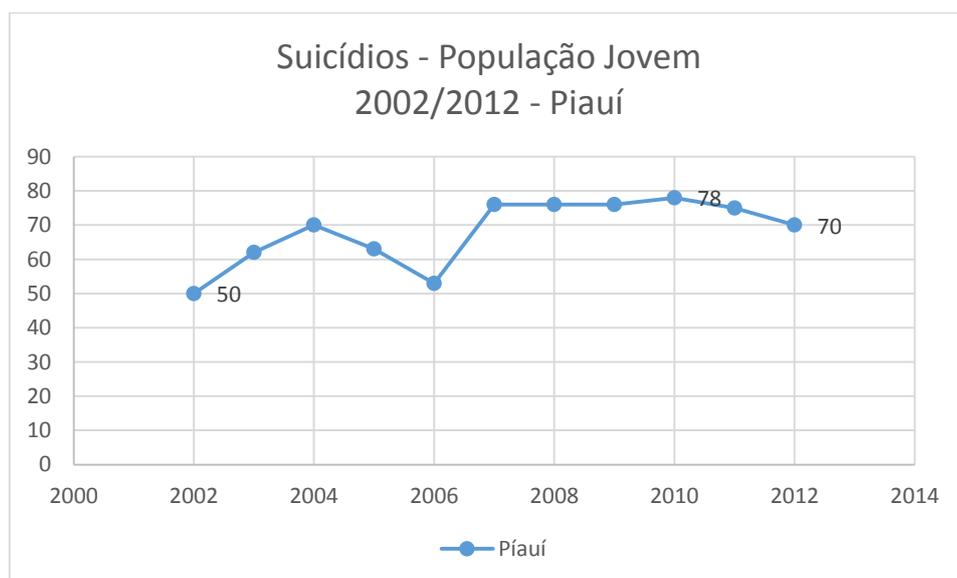
Fonte: Mapa da violência tabela 5.1

O gráfico demonstra que o crescimento em trinta e dois anos, na faixa etária de dez a quatorze anos foi de 98,3 %, passando de 59 para 117 casos. Na faixa etária de quinze a dezenove anos, de 59,9%. Fica evidente que nesta última, a oscilação é maior, variando entre redução e crescimento.



Fonte: Mapa da violência tabela 5.1.1

Analisando os dados apenas do Piauí e considerando os anos de 2002 a 2012, temos um aumento de 127 para 235 casos, um total de 85%.



Fonte: Mapa da violência tabelas 5.1.2

Embora nos anos de 2004 a 2006, tenha ocorrido redução na taxa de suicídios entre os jovens, o crescimento total corresponde a 40% se comparado com o início do período.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Para alguns objetos é necessário um olhar científico diferente, que possa ir além da superficialidade da realidade, um olhar profundo capaz de descobrir raízes e implicações, que interprete e revele o que pode parecer escondido para os olhares meramente objetivos ou lógicos. No exercício de delimitação do objeto deste estudo, buscamos o recorte espacial do ambiente escolar compreendido por duas escolas, na cidade de Parnaíba, ambas no atendimento da Educação Básica, no Ensino Médio.

Definido o espaço, adotamos o tempo: o encerramento do ano letivo de 2017 e o início de 2018. Esta delimitação compreende então a categoria juventude, não simplesmente compreendida por uma idade, mas por uma fase, e neste caso, onde é experimentada a transição ou fase final da Educação Básica, para o Ensino Superior.

Percorremos as categorias juventude e escola, a fim de elencar algumas compreensões sobre estas, que são pertinentes ao objetivo deste estudo e que podem situar os objetos aqui pesquisados no espaço científico a que pertencem. Apresentamos algumas conclusões e aspectos históricos sobre estigma e morte, também necessários para pensarmos o suicídio a partir destas categorias, já que é possível olhar o estigma como elemento favorável ou como herança para os mais próximos daquele que comete suicídio.

A morte é sempre um tema controverso e presente nos estudos das mais variadas perspectivas científicas. A maneira como cada sociedade, envolvida em culturas ou religiões lida com a morte é sempre um intrigante objeto para estudos e para apontar entendimentos sobre a finitude da vida. Assim, é útil também para pensarmos como a sociedade lida com a morte voluntária e como o suicida encara este fim a ponto de decidir sobre sua própria morte e executar o ato.

Nas ciências sociais a busca por esta realidade respeita cada visão possível sobre o mesmo objeto e neste exercício científico indica a quem pertence o ponto de vista, não ao objeto, mas ao sujeito. Assim, as

Ciências sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explicita porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora. (DEMO, 1995. p. 30)

O objeto de estudo, conforme delimitação descrita acima, possui em seu ponto de partida as seguintes circunstâncias: 1 – O suicídio de jovens, que é portanto, um ator social inserido no ambiente escolar, embora não sejam tantos, aos menos nas estatísticas oficiais, basta um único caso para impactar na comunidade escolar e expor a vulnerabilidade quando o fato em si se apresenta nesta realidade; 2 – O Curso de Ciências Sociais, ambiente onde se dá este estudo, é uma licenciatura, o que remete à necessidade de uma formação que no encontro possível com o suicídio e temas similarmente trágicos, possa contribuir com reflexões que facilitem a compreensão de tal realidade; 3 – As estatísticas descritas anteriormente, revelam o crescimento quantitativo dos casos de suicídio entre os jovens e que embora não sejam maiores que em outros países ou unidades da federação, entendemos que um único caso, já exige que algo seja feito, quer no ambiente escolar ou no âmbito da saúde pública.

O tema é abordado em muitas perspectivas científicas e a mais notória é na saúde, já que órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, do governo federal, realizam pesquisas quantitativas e desenvolvem políticas públicas como enfretamento. No entanto, no ambiente escolar, os atores da educação são colocados frente a frente com a realidade e a ela precisam, independentemente de sua formação haver contemplado alguma capacitação, administrar a situação, quase sempre involuntariamente trazida para a aula.

Justifica-se, assim, a necessidade de estudos sobre o tema no âmbito do ensino, que possam contribuir com o debate, superando a condição de tabu e quem sabe de estigma, fortemente atribuídas ao suicídio.

Para este estudo, a subjetividade é útil para entender qual o papel da escola de Ensino Médio, no diálogo sobre suicídio entre alunos. Responder esta questão certamente não esgota a necessidade de atenção sobre esta realidade, apenas aponta diversas outras questões que também necessitam e fazem parte do universo

desafiador que é a vida escolar no último nível da Educação Básica, o Ensino Médio, como a tolerância entre os jovens, já que a escola é um ambiente caracterizado pela diversidade cultural, de gênero e etc.

Não se pode descartar o caráter político-social deste estudo, e nesta compreensão, evidencia-se que este não pretende ser uma solução para o desafio de lidar com o tema suicídio, no ambiente escolar entre alunos, desafio este, seja pelo temor de incentivar ou pelo sentimento de impotência diante do tema, contribuindo para refletir o tema no ambiente escolar,

O que caracteriza o caráter político-social de um problema consiste, precisamente, no fato de não se poder resolver a questão com base em meras considerações técnicas, a partir de fins preestabelecidos e de os critérios reguladores de valor poderem e deverem ser postos em discussão, pois o problema faz parte de questões gerais de cultura. (WEBER, 1993, p. 112).

O tema suicídio, como diálogo necessário no ambiente escolar, está inegavelmente inserido num ambiente plural do ponto de vista cultural. Esta diversidade não se resume ao aluno, também podemos citar que os professores participam desta diversidade, dotados de formações diferentes e de visões diferentes acerca, das mesmas demandas do ambiente escolar. Logo,

Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, quanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir dos seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. (PIMENTA, 2005, p.19).

Para compreender esta diversidade, é que escolhemos uma escola de cada realidade, uma pública e outra privada, em vista de manter contato com as diferenças culturais que estão presentes nas duas realidades.

Para obtenção de dados e para este estudo, entre os atores sociais do ambiente escolar, excetuando o aluno. Usamos como modelo a pesquisa *Survey*, por atender as necessidades quanto à coleta de dados.

A pesquisa *survey* pode ser descrita como obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicando como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. (TANUR *apud* Pinsonneault & Kraemer, 1993).

A pesquisa foi então realizada por meio de questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas e dicotômicas como pode ser observado em anexo. O questionário foi dividido em três sessões, sobre o entrevistado, sobre a escola e sobre o tema, sendo a primeira e segunda sessões para identificação dos atores sociais e do ambiente a que pertencem. Entre os 9 entrevistados, encontramos 16 áreas de formação, indicando que alguns dos entrevistados possuem mais de uma graduação, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1: Formação dos pesquisados	
Área	Quantidade
História	4
Teologia	2
Filosofia	2
Matemática	1
Ciências Sociais	1
Pedagogia	2
Espanhol	1
Direito	1
Administração	1
Biologia	1

Tabela 1

O tempo de atuação na educação varia, revelando como o grupo entrevistado compreende vários níveis de experiência e que a formação acadêmica também varia em termos de tempo.

Tabela 2: Tempo de atuação na educação	
Anos	Quantidade
16	1
7	1
1	1
2	1
3	1
20	1
6	1
25	1
10	1

Tabela 2

A aplicação do questionário não restringiu como ator social do ambiente escolar, ao professor, e entre os pesquisados uma pessoa que atua na direção da escola.

Tabela 3: Função na Escola	
Função	Quantidade
Professor	8
Direção	1

Tabela 3

A proporção entre as características pública e privada e quanto à quantidade de alunos está expressa na tabela a seguir.

Tabela 4: Questionário por escola e perfil da escola			
Pública		Privada	
Até 300 Alunos	Mais de 300 alunos	Até 300 Alunos	Mais de 300 alunos
0	5	6	0

Tabela 4

Apresentadas as características dos entrevistados e do ambiente, passemos à análise dos dados levantados quanto ao tema. Iniciando pelas perguntas estruturadas oferecendo três possibilidades, sim, não ou não responder. A questão 3.2 indaga sobre a participação em evento (palestra ou debate) voltado para docentes, acerca do suicídio: 3 responderam sim e 6 responderam não. Semelhante a esta resposta, a questão 3.3, sobre já ter participado de eventos sobre o tema, agora realizado na escola e tendo como público alvo, os alunos, 3 responderam sim, 5 responderam não e um entrevistado não respondeu.

Estes dados apontam em certa medida uma indiferença ao tema, considerando que os entrevistados passaram pela academia em tempos distintos e que as áreas são diversificadas. Destas questões, as respostas da primeira justificam a segunda, como abordar um tema se a própria academia não tomou como necessária em seu currículo tal abordagem?

Com o objetivo de confirmar as respostas obtidas na questão 3.2, na questão 3.6 aprofundamos a pergunta, especificando se na formação, houve alguma disciplina, seminário ou capacitação para tratar do assunto, e neste caso, o número de respostas não, que são 7, é ainda maior que na pergunta 3.2.

As duas primeiras questões ainda servem para identificar a necessidade de dialogar o assunto, se analisadas em relação à questão seguinte, que indaga se durante a aula, o tema suicídio fora abordado? Ao que foi respondido por 6 sim, 2 não e apenas 1 entrevistado não respondeu. O tema suicídio ao ser inserido na aula, sem prévio planejamento, pode surpreender o professor e desencadear distorções ou preconceitos e produzir um ambiente hostil ou pouco acolhedor, considerando a abordagem por iniciativa do aluno, o que revela o desejo de compartilhamento de uma vivência relacionada à morte voluntária.

Na questão 3.7, os entrevistados foram indagados quanto à escola poder ou não promover diálogos com os alunos sobre o tema: 8 dos entrevistados responderam sim, não houve resposta não e apenas 1 não respondeu. Identificada a percepção dos entrevistados quanto à possibilidade da escola realizar atividades sobre o tema, com o objetivo de dialogar com os alunos, consultamos na questão 3.11 se esta atividade deve ser realizada apenas com a presença de um psicólogo. Curiosamente, 4 responderam que sim, também 4 responderam que não e um entrevistado relatou que a presença do psicólogo está relacionada à qualidade do evento, quanto à organização e ao conteúdo.

Aqui, está presente a cautela, o objetivo iniciado pensado por quem sofre em seu percurso de execução uma distorção que desencaminhe o foco e o desejo de prevenir e transforme a atividade num gatilho. A cautela presente nestas respostas, podem servir em duas direções, inibir iniciativas ou adotar critérios que possam garantir a manutenção do seu objetivo preventivo.

Apesar da resposta anterior indicar cautela, as repostas à questão 3.12 revelam que 6 dos entrevistados consideram que uma atividade sobre o tema representa uma ação preventiva enquanto 3 alertam para a qualidade e que o resultado depende desta.

Apresentadas as questões fechadas, passemos a análise das questões abertas que permitirão aprofundar a subjetividade dos dados. Na questão 3.1, indagamos a visão do entrevistado sobre o tema. Dentre as respostas que em sua maioria afirma que o tema merece atenção por sua relevância, destacamos duas que diferem um pouco destas.

Uma resposta cita como causa para o suicídio um conjunto de problemas sociais e de saúde a saber: *bullying*, preconceito, violência sexual e doméstica e a depressão. Estes fatores estão de fato presentes na realidade social atual e são

capazes de produzir isolamento, ou seja, fragilidade aos vínculos sociais e como já citado anteriormente, é uma causa social para a morte voluntária.

A outra resposta que se destaca enfatiza a necessidade de debater abertamente o tema, no ambiente escolar, com o objetivo de superar preconceitos e tabus relacionados ao assunto.

A questão 3.5 pede que sejam apontados ao menos três receios para abordar o assunto com os alunos durante a aula. Aqui encontramos uma variedade de respostas que revelam os desafios da escola sobre o tema e pode indicar um caminho de superação: 2 entrevistados responderam não ter receio algum quanto a abordar o tema e apenas 1 alerta para a forma como será iniciado o assunto.

A respostas seguintes, envolvem todos os atores sociais presentes no ambiente escolar. Um entrevistado cita: “eu particularmente não tenho” e indica que o medo é da escola, ao que enumera: “1º medo dos pais; 2º medo da morte; 3º subsídios em falta”. Esta resposta merece atenção pela isenção do entrevistado e da responsabilização da escola, curiosamente sugerindo que o entrevistado não compõe o conjunto do ambiente escolar.

A citação que se refere ao medo dos pais é pertinente se avaliamos que os pais podem possuir informações sobre experiências ou tendência relacionadas ao suicídio, contudo, convém lembrar que a família é parte da escola.

Quanto ao “medo da morte”, compreendemos a dimensão do tabu em torno do tema, morte. No que se refere à falta de subsídios, é curiosa esta declaração, já que temos a campanha setembro amarelo e textos elaborados por instituições como a OMS e o CVV (Centro de Valorização da Vida).

Outro entrevistado aponta duas questões relevantes, a falta de moderação entre os alunos, indicando a possibilidade de exposições ou de comportamentos nocivos aos demais, durante a atividade e o risco de, entre os alunos, haver algum que já tenha tentado o suicídio e que seja na atividade colocado diante de opiniões hostis e acabe intensificando seu isolamento.

Estamos diante de alertas que merecem a atenção, realizar atividades com este tema, deve considerar prévio conhecimento da turma, se possível com informações obtidas a partir da família do aluno. Respostas que apontam a vulnerabilidade do entrevistado são encontradas, neste caso, a resposta afirma que o entrevistado não está preparado e que sente “medo de encarar a vivência dos alunos” e que “não sabe como será a reação dos alunos”, este conjunto de respostas sinceras,

expressa as limitações dos professores e que devem estar presentes nos demais integrantes da escola.

Outra resposta aponta como fator de impedimento para abordar o assunto, a religiosidade presente nos alunos, sugerindo a variedade de religiões e a intolerância a esta diversidade como riscos reais para dialogar sobre suicídio na escola, com os alunos.

Concluindo esta questão, destacamos um entrevistado que admite não ter capacidade para abordar o tema, mas, afirma também temer uma rejeição da direção da escola e falta de estímulo da mesma. As respostas a esta questão fornecem elementos reflexivos interessantes, entre eles, destacamos a necessidade de efetivamente agregar na mesma tarefa, aquela que é no conhecimento popular atribuída à escola, família e à sociedade, aqui representada por suas instituições encarregadas de atuar na saúde pública e na prevenção ao suicídio.

Na questão 3.8 indagamos quais eventos o entrevistado pode sugerir, como oportunidade para abordar o tema suicídio, as respostas estão expressas na tabela a seguir:

Tabela 5: Eventos/Atividade sugeridas	
Evento/atividade	nº de sugestões
Palestras	7
Missas	1
Aulas de Ensino Religioso	1
Aulas de Filosofia	1
Filmes/Documentários	2
Leitura compartilhada	1
Seminário e Entrevista	1
Seminário	3
Acompanhamento individual	1
Reunião com Pais	1
Mesa redonda	2
Roda de debates	2

Tabela 5

Ressaltamos como curiosa a sugestão de missa, num ambiente que é plural, parece sugerir a noção de unidade religiosa entre os alunos ou pelo menos, a maioria. A leitura desta tabela indica a preferência entre os entrevistados pela palestra, como atividade para abordar o tema, seguida de seminário.

A metodologia usada para abordar o tema é de suma importância para que o objetivo seja atendido, bem como a elaboração da atividade, considerando o envolvimento da equipe da escola, professores, gestores e demais eventos. Os entrevistados possuem entendimento de como pode ser feito, contudo, observando respostas anteriores, consideram que não devem ser protagonistas destas atividades, no máximo coadjuvantes.

Na questão 3.9 os entrevistados responderam sobre os critérios que devem ser observados na realização dos eventos citados na questão 3.8, como descritos na tabela a seguir.

Tabela 6: Critérios para realização de atividade com os alunos	
Critério	Citações
Mediação do Professor	1
Presença/Participação de Psicólogo	2
Definir público alvo	1
Presença/Participação de Assistente Social	2
Conhecimento prévio da realidade dos alunos	2
A forma da abordagem	2
Organizar em grupos pequenos para melhor observação	1
Participação opcional e voluntária	1
Realidade da comunidade escolar	1

Tabela 6

A tabela indica que entre os critérios mais citados, estão a presença de psicólogo e assistente social. Este dado aponta para a necessidade de integrar as áreas de conhecimento que lidam com o suicídio no âmbito da saúde pública ou como violência. É possível perceber a prudência nas citações conhecimento prévio da realidade dos alunos e a abordagem, expressando também o receio em realizar a atividade, considerando as respostas anteriores.

As respostas da questão 3.10, que indaga que atores devem se envolver em ações que dialoguem sobre o tema, é respondida com amplitude na maioria incluindo todos os integrantes do ambiente escolar, como tabulado a seguir:

Tabela 7: Que atores da escola devem se envolver em ações que dialoguem sobre suicídio	
Resposta	Citações
Professor de Sociologia e Filosofia	1
Gestão	9
Demais colaboradores	7
Professores	8
Família	5

Tabela 7

A resposta mais citada se refere à gestão da escola, ao que entendemos como direção e coordenação, seguida dos professores e dos demais colaboradores da escola. A família também é citada cinco vezes, o que expressa que alguns entrevistados entendem que a família é ator importante, sobretudo para revelar se é parte do problema ou se pode atuar no debate como sujeito da prevenção.

Curiosamente uma resposta específica aponta que o assunto deve ser abordado por professores da disciplina de sociologia e de filosofia como personagens imprescindíveis para este diálogo. Estas disciplinas, unidas à arte e literatura, entre outras, podem compor um grupo de disciplinas que acessam a dimensão pessoal do aluno e incentivam à percepção da realidade e a criticar como critério para compreender ou aderir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os dados obtidos e a bibliografia pesquisada, seguimos para as considerações, que certamente não esgotam o tema ou mesmo as percepções que ainda podem ser abstraídas se os dados forem analisados por outro ponto de partida.

O crescimento das taxas de suicídio evidencia a demanda entre os jovens de conhecer sobre o assunto e poder comunicar suas percepções, fazendo da escola o lugar oportuno para que este diálogo seja estabelecido.

O acesso à modernidade e à diversidade cultural proporcionado pelos meios de comunicação, com ênfase para aqueles disponíveis na *internet*, contribui para assimilação de novos aspectos culturais que entram em conflito com os valores adotados pela família, e diante de sucessivos embates ao desgaste dos vínculos

sociais que podem levar ao isolamento ou ao estado de egoísmo apontado por Durkheim como antecedente ao suicídio.

O jovem tende a se identificar com traços de mundo virtual que possui como maior objetivo, ser atraente para ser consumido, por isso se aproxima dos problemas dos jovens, se tornando parte do seu universo e propondo sutilmente novos modelos culturais e comportamentais, gerando conflito, quer interior ou com o meio que podendo não estar preparado, se recusa a administrar e prefere a rejeição como solução.

Pensando então a família como uma instituição fragilizada e sujeita aos efeitos da modernidade alcançada em escala global em meio à violência capitalista, que nos insere no paradoxo desejo *versus* poder aquisitivo. A família se forma e busca subsistir nesta instabilidade que toma tempo, limitando o convívio e produzindo distância, deixando que os filhos, crianças, adolescentes ou jovens encontrem em outros grupos os valores éticos e morais que serão norteadores das escolhas e da forma como serão encaradas suas consequências.

Seja por omissão ou por se considerar incapaz, a família recorre à escola como mediadora do acesso a princípios que possam bem formar seus filhos para uma sociedade hostil e exigente em sua estratificação e na desigualdade econômica, social e racial que insiste em crescer e acentuar os limites.

O jovem sem perspectivas pode ser levado a se acomodar ou se conformar e atender aos anseios de um mercado impessoal que obviamente tem no lucro seu mais importante objetivo. A transferência de tarefas da família para a escola, revela muito mais as limitações da família que sua entrega à derrota.

A escola, então acolhe crianças, adolescente e jovens fragilizados com experiências anteriores, por vezes, repletas de violência, seja física, étnica, econômica, simbólica ou sexual. Como aprender ou sonhar com um futuro melhor se o ambiente de maior convívio quanto ao tempo, é hostil?

Diante desta situação, a escola se depara com seus desafios e a instituição que teria por foco principal a mediação dos conhecimentos, precisa dividir esforços com o cuidado do seu público e romper o limite da impessoalidade para participar da construção da autonomia do aluno no ato de pensar para formar o ser.

Não resta dúvida que no âmbito das escolas, e principalmente no ensino médio, encontramos jovens fortemente afetados por tantas circunstâncias que o fazem questionar se vale a pena sobreviver neste cenário de limites impostos e de

isolamento. Temos escolas cheias de jovens, ansiosos por ultrapassar a fase com a qual são identificados temporariamente, os que não são criança e ainda não são adultos. Outro fator agravante é a visão de que o jovem é o futuro da sociedade, que acrescenta aos ombros dos jovens a responsabilidade de assegurar a continuidade de uma sociedade que no presente o oprime impondo limites severos ao seu desenvolvimento.

A escola, por sua vez, é composta por profissionais que fazem esforços para conciliar recursos financeiros, profissionais e materiais para desempenhar seu papel principal e atender as demandas que surgem, entre as quais, o atendimento aos jovens com situação emocional e social como descrito acima.

Dos gestores é exigido que além de gerir recursos humanos, financeiros e materiais, possam dedicar atenção à dimensão pedagógica fazendo cumprir o papel e atendendo as novas demandas. Dos professores, que estão mais próximos aos alunos, é exigido que possam criar uma relação de confiança, respeito e empatia que faça o aluno encontrar no professor um mediador no acesso aos valores e conhecimentos que possam garantir bem-estar e melhor qualidade de vida. A questão é que os professores não são preparados suficientemente para esta necessidade e os que ousam, tomam a iniciativa de se informar, capacitar ou se aliar a outros profissionais que possam contribuir com esta ou aquela demanda.

O dilema que se apresenta é se a escola atuará na prevenção ou se tratará ocorrências, nesta questão, pesa o desafio de realizar atividades que dialoguem sobre suicídio ou temas afins e considerados tabu. Um desafio por colocar em cheque a formação docente e pelo risco de, seguindo o mito, incentivar mais que prevenir.

O Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da UESPI contempla a disciplina Sociologia da Saúde, que representa uma contribuição mais que suficiente no diálogo sobre tais temas. Perguntamo-nos quantas outras licenciaturas possuem esta disciplina ou alguma correlata? A resposta a esta pergunta é certamente um agravante ao cenário. Esta capacitação insuficiente pode ser remediada se houver uma união de esforços entre as áreas da educação e de saúde e de assistência social, cabe talvez aqui uma política pública que integre setores de contato e que possam compartilhar suas experiências.

Levando em conta as reflexões anteriores, concluímos que existe um papel para a escola no diálogo sobre o suicídio entre os alunos do Ensino Médio. É neste

cenário que o desejo de superação através da educação reúne tantos jovens quase sempre marcados pela violência em suas diversas formas de tocar o cidadão.

Neste mesmo meio, encontramos profissionais que aceitam o desafio de participar na construção de cidadãos, de pessoas que conquistem melhores condições, seja através do conhecimento e da conquista de uma vaga numa instituição de ensino superior, ou no contato que surge a partir da sensibilidade e da empatia, contato este que une um jovem pedindo socorro ao profissional no cotidiano da escola.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise Prado; ARAÚJO, Jaciana MARlova Goncalves; OMENA, Luciane Munhoz de [et al.] (Orgs.). *As experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Tradução: Priscila Viana de Siqueiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ASHER, Jay. *Os 13 porquês*. Coleção L&PM Pocket. (<https://www.amazon.com.br/>) acesso em 15/01/2018).

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. 85. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) Rio de Janeiro: Vozes. 2013.

\_\_\_\_\_. *A “juventude” é apenas uma palavra – Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro – Marco Zero p. 112-121.

CASTRO, Paula Almeida de. O estigma no espaço escolar: a prática dos conselhos de classe. In: *Revista Reflexão e Ação*, v.19, n2, p.158-172, Santa Cruz do Sul, 2011.

DAMATTA, Roberto. *Crônicas da vida e da morte*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DAOLIO, Raimundo Edilberto; SILVA, José Vitor da. Os Significados e os motivos do suicídio: as representações sociais de pessoas residentes em Bragança Paulista, SP. In: *BIOETHIKOS – Cento Universitário São Camilo – 3(1)*;p.68-76. 2009.

DAPIEVE, Arthur Henrique Motta. *Morreu na contramão o suicídio como notícia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. Ed.3. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, Yvone Magalhães, NETTO, Nilson Berenchtein. *O Suicídio e os Desafios para a Psicologia*. Brasília: CFP (Conselho Federal de Psicologia), 2013.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio: estudo de sociologia*. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Edipro, 2014.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Miriam [et al.] O método de pesquisa survey. In: *Revista de Administração*. São Paulo: V.35. n.3, p.105-112. 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

KONDER, Leandro; TURA, Maria de Lourdes Rangel Tura (Org). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; GODINHO, Josiane Machado. *Juventudes na Universidade: Olhares e perspectivas*. RIBEIRO, José Jair (Org). Porto Alegre: Redes, 2014.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares as razões do improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Prevenção do Suicídio Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental*. Brasília. 2006.

SÉRIE da Netflix aumenta busca por ajuda contra suicídio em 445%. O Estado de São Paulo. São Paulo, 11 fev. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/serie-da-netflix-faz-crescer-busca-pelo-cvv-em-445/>> Acesso em: 11 fev. 2018.

PAIS, José Machado. *Culturas jovens Novos mapas do afeto*. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. (Orgs.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PAIS, José Machado. *Análise Social – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa. Vol. XXV (105-106), p. 139-165. 1990.

PEREIRA, Cláudia da Silva. *Juventude como conceito estratégico para a publicidade*. In: *Dossiê – Escola Superior de Propaganda e Marketing – Comunicação, Mídia e Consumo – Vol. 7 N.18*. p. 37-54. São Paulo: 2010.

PETRINI, João Carlos; DIAS, Marcelo Couto. *Família no debate cultural e político contemporâneo*. São Paulo: Loyola. 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez. 2005.

TAVARES, Breitner. *Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco*. Sociedade e Cultura – Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Vol. 15. n.1. p.181-191. 2012.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 19/02/2018.

VERAS, Lana. *Aqui se jaz, aqui se paga: a mercantilização da morte, do morrer e do luto*. Curitiba: Aprris, 2015.

VON GOETHE, Johann Wolfgang Von. Os sofrimentos do jovem Werther. Tradução Marcelo Backes. Coleção L&PM Pocket. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/>. Acesso em: 15/01/2018.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez. 1993.

WERLANG, Blanca Susana. Conselho Federal de Psicologia. DUARTE, Yvone Magalhães (Coord.) O Suicídio e os Desafios para a Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

MARQUETTI, Fernanda Cristina; KAUAUCHI, Karina Tiemi; PLEFFKEN, Cristiane. O suicídio, interditos, tabus e consequências nas estratégias de Prevenção. In: Revista Brasileira de Psicologia, 02(01), Salvador, Bahia, 2015.

## ANEXO

### QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA

Prezado(a) Professor(a),

Para fins de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Parnaíba-PI, estou realizando esta entrevista aberta, na qual solicito sua participação para responder as questões abaixo relacionadas. **Não é necessário identificação** e mais informações sobre a pesquisa poderão ser obtidas pelo e-mail [wendel.camapum@gmail.com](mailto:wendel.camapum@gmail.com).

O tema da pesquisa é: O papel da escola no diálogo com alunos do Ensino Médio sobre o tema suicídio.

#### 1 Sobre o entrevistado

1.1 Qual sua formação acadêmica?

---



---



---

1.2 Qual o tempo de atuação no Ensino Médio?

---

1.3 Qual a sua atual função na escola onde trabalha?

---

Se professor, em qual(ais) disciplina(as) você atua?

---



---



---

#### 2 Sobre a Escola onde trabalha

2.1 ( ) Pública ( ) Privada ( ) outra: \_\_\_\_\_.

2.2 ( ) até 300 alunos ( ) mais de 300 alunos

#### 3 Sobre o tema da pesquisa

3.1 Qual a sua visão sobre o tema?

---



---



---

---

---

---

3.2 Já participou de evento (palestra, debate, etc.), voltado para docentes sobre suicídio? Faça uma descrição sucinta.

---

---

---

3.3 Já participou de evento (palestra, debate, etc.), realizado na escola, voltado para discentes sobre suicídio? Faça uma descrição sucinta.

---

---

---

3.4 Durante alguma aula, já foi abordado o tema suicídio? Faça uma descrição sucinta:

---

---

---

3.5 Cite três receios para abordar o assunto com alunos durante a aula?

---

---

---

3.6 Na formação acadêmica, foi oferecida alguma disciplina, seminário ou capacitação para tratar do assunto, com alunos? ( ) sim ( ) não

Em caso de resposta sim, descreva:

---

---

---

3.7 Na sua visão, enquanto docente, você acredita que a escola pode promover diálogos sobre o tema com alunos? Por que?

---

---

---

---

---

3.8 Que eventos você sugere que sejam realizados na escola, para alunos para dialogar sobre o tema?

---

---

---

---

---

3.9 Quais critérios devem ser observados na realização dos eventos citados no item anterior?

---

---

---

---

---

3.10 Que atores da escola devem se envolver em ações que dialoguem sobre o tema?

---

---

---

---

---

3.11 Você considera que o tema só deve ser dialogado com a participação de Psicólogo? Justifique.

---

---

---

---

---

3.12 Você considera que abordar o tema suicídio com alunos caracteriza um incentivo ou uma prevenção? Justifique.